



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 055

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 112ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE MAIO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO NILSON GIBSON — considerações sobre denúncia feita pelo Subprocurador-Geral da República, aos ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvães. Nota divulgada na Imprensa de autoria dos ex-Ministros, a respeito do assunto.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Apoio de S. Ex^a a uma possível indicação do Dr. Sérgio de Oliveira para o Ministério da Cultura.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Denúncia do Subprocurador-Geral da República contra os ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvães. Nota publicada na Imprensa de autoria dos ex-Ministros, com relação ao assunto.

DEPUTADO HUGO MARDINI — Observações sobre matéria publicada na Revista *Veja*, de que o Governo Federal teria liberado verbas para os Bancos Comind e Auxiliar de São Paulo.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Serviços prestados pela SABESP ao Estado de São Paulo.

1.2.2 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Alberto Goldman e respondida pela Presidência, na qual solicita que não seja convocada sessão conjunta para apreciação da proposta de emenda à Constituição, que estabelece data para a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

1.2.3 — Discursos do Expediente (continuação)

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Carta recebida por S. Ex^a, de denúncias contra a Escola do SENAI no Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Editorial publicado no *Informativo Marítimo*.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Desempenho da SABESP no Governo do Sr. Franco Montoro.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Necessidade de serem apuradas denúncias formuladas por parlamentares, sobre escândalos ocorridos na área econômica.

DEPUTADO NELSON MARCHEZAN — Problemas que estão ocorrendo com a comercialização da soja no Brasil.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Nota publicada na Imprensa, de autoria dos ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, a respeito de denúncia formulada pelo Subprocurador-Geral da República.

DEPUTADO PAULO GUERRA — Apelo ao Senhor Presidente da República, no sentido de viabilizar o processo de indicação dos governadores de territórios.

DEPUTADO CELSO BARROS, como Líder — Refutando críticas com relação a mudança de partido feita por V. Ex^a. Considerações sobre o discurso proferido pelo Sr. Hugo Mardini na presente sessão.

DEPUTADO MÁRIO FROTA, como Líder — Observações aos discursos proferidos pelos Srs. Jorge Arbage e Siqueira Campos na presente sessão.

DEPUTADO HUGO MARDINI, como Líder — Processo de empobrecimento que estaria passando o Rio Grande do Sul. Liberação de verbas por parte do Governo para os Bancos Comind e Auxiliar de São Paulo.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total do Projeto de Lei da Câmara nº 27/83 (nº 4.810/81, na origem), que dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, do elenco de bancos de dados existentes no País. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 113ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE MAIO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.1.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Marcondes Pereira e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.1.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 5 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.2 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 114ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE MAIO DE 1985

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO JACQUES D'ORNELLAS — Greve dos funcionários da ECT.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 3/85-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000, para o fim que especifica. À Comissão Mista para redação final.

3.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Lei nº 3/85-CN, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado. À sanção.

3.4 — ENCERRAMENTO

4 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSÃO ANTERIOR

Do Sr. Navarro Vieira Filho, na Sessão conjunta de 8-5-85 (República).

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS
Diretor-Geral do Senado Federal
JOSE LUCENA DANTAS
Diretor Executivo
JOÃO MORAES DA SILVA
Diretor Administrativo
MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA
Diretor Industrial
PEDRO ALVES RIBEIRO
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 112ª Sessão Conjunta, em 22 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto,

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Mârtins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Caimon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Benedito Martins — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil —

PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçal — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroaldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Fiorêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL;

Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PFL; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissôn Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamin — PFL; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgílio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PFL; Amaro Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Darcilio Ayres — PDS; Doso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denísa Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury —

PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrade — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Dário Tavares — PMDB; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rolleberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kfouri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswald Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Waiber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Fernando Bastos — PFL; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platão — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Moarílido Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 234 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NISON GIBSON (PFL — PE) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Foi com enorme perplexidade que tomei conhecimento do pronunciamento do Subprocurador-Geral da República José Arnaldo Fonseca a respeito do caso COROA/BRASTEL, onde procura incriminar autoridades econômicas da administração anterior, isto com base em um grande desprezo dos fatos ocorridos e da substância dos vários depoimentos realizados por diversas pessoas em Comissões de Inquérito do Legislativo, do Executivo e da Polícia Federal.

Gostaria de trazer à tona algumas inconsistências do referido pronunciamento, para bem ilustrar a fragilidade desta peça acusatória.

No que se refere ao episódio da absorção da Corretora Laureano pelo Grupo COROA/BRASTEL, a referida denúncia procura mostrar que os então Ministros Antônio Delfim Netto e Ernane Galvães procuraram induzir o empresário Assis Paim Cunha a absorver a referida Corretora. Vale lembrar que o Senhor Assis Paim Cunha já tinha participado de uma operação de empréstimo à Corretora Laureano onde, segundo suas próprias declarações, obtivera lucro, assim como também obtivera na operação em que, durante o Governo Geisel, absorveu a IPITUR.

Por outro lado, a peça acusatória procura mostrar que teriam sido criados mecanismos de compensação para que absorvessem a referida Corretora. Tal como mostram o Livro Branco sobre o caso COROA/BRASTEL e demonstrações feitas a cerca da aritmética desta aquisição, o negócio foi econômica e financeiramente adequado para o Sr. Assis Paim Cunha e não houve nenhuma compensação ilegal, sendo, portanto, descabida qualquer acusação nesse sentido. Como afirma o próprio empresário Assis Paim Cunha, se ele não assumisse a Corretora, ele próprio "quebraria".

No que diz respeito à assistência financeira no valor de Cr\$ 30 bilhões prestada à COROA pelo Banco Central do Brasil, alega-se que teria sido produto de uma decisão tomada pelo Ministro Delfim Netto no desenrolar de uma reunião de autoridades econômicas e que esta decisão teria contrariado as normas legais.

É de pôrmar.

Na verdade, estamos diante de novo engano, pois nunca houve reunião dos Ministros da área econômica com diretores do Banco Central para tomar tal decisão, o que pode ser comprovado pelos inúmeros depoimentos prestados em diversas Comissões de Inquérito.

Ao término de uma reunião que se desenrolava para a discussão de problemas da dívida externa, os Ministros participantes dessa reunião foram informados de que a COROA não iria zerar sua posição e, consensualmente, assentaram que o problema de liquidez daquela empresa deveria ser analisado pelo Banco Central do Brasil, ou seja, pelo órgão competente para tratar de questões dessa natureza.

Nesse sentido, o empresário Assis Paim Cunha manteve reuniões no Banco Central do Brasil, com as autoridades competentes, sendo que a referida assistência financeira foi legalmente concedida com base na Resolução nº 374, portanto decisão lastreada pela mais ampla legalidade.

Aliás, além dos vários depoimentos já prestados, inclusive na Polícia Federal, o Livro Branco do Banco Central do Brasil, elaborado inclusive com dados obtidos por Comissão de Inquérito instituída por aquela Autarquia, trata de forma exaustiva da citada assistência financeira, oferecendo à opinião pública amplo e minucioso arrazoado sobre a legalida e da operação.

Portanto, os fatos não vão de encontro às afirmações contidas no documento elaborado pelo Subprocurador.

Em nenhum momento e de forma alguma, os Ministros da área econômica interferiram no processo de concessão da assistência financeira de liquidez à Coroa, mesmo porque isso não fazia parte das suas atribuições funcionais.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, podemos notar nesse documento do Subprocurador que é uma extraordinária desconexão entre a acusação apresentada e a verdade contida nos autos, superficialmente analisados.

Parece que são inexistentes os motivos para justificar as incriminações relativas à operação de compra da Laureano pela Coroa e da assistência financeira prestada pelo Banco Central àquela empresa.

Nos parece que houve lamentável equívoco do Subprocurador. O documento vazado pelo emocional e raro feito na consciência jurídica, cometeu injustiça que deve ser reparada.

Não podemos admitir que objetivos políticos mascarem a realidade dos fatos e principalmente levem ao desconhecimento dos autos.

Deveremos nos ater à realidade dos fatos, e lamentavelmente o Subprocurador os desprezou, produzindo uma estória de ficção que acaba por atender contra a honra e dignidade de pessoas que serviram com denodo à causa pública.

Os ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvães divulgaram nota à imprensa sobre a matéria, com intuito de que a opinião pública não seja mal informada, que passa a ler a seguir:

Brasília, quarta-feira, 22 de maio de 1985. Correio Brasiliense

"GOVERNO TEM PROBLEMA IDÊNTICO"

A íntegra da nota divulgada pelos ex-ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvães:

"Surpreendidos e legitimamente indignados com as acusações divulgadas pela imprensa com base em requerimento do subprocurador da República dirigido ao juiz da 6ª Vara Federal, os ex-ministros Antônio Delfim Netto e Ernane Galvães, apressam-se em vir a público denunciar e repelir mais essa tentativa de envolvimento político de pessoas responsáveis da anterior administração.

O Banco Central do Brasil já respondeu, à sociedade, essas acusações através do criminoso trabalho de apuração de uma comissão de inquérito e da publicação de um livro Branco em que foram exaustivamente esclarecidos os fatos que revestiram a assistência financeira e a liquidação extrajudicial das empresas do grupo Coroa-Brastel.

No mesmo sentido esgotaram-se as apurações na área do Judiciário, com a participação da Polícia Federal, encontrando-se o processo "sub judice", devidamente formado por amplos e detalhados depoimentos, inclusive de alguns altos funcionários do

Governo e dirigentes do Banco Central. Injustamente indicados.

O documento dado à divulgação não é um documento acusatório oficial, nem tem fundamento nos autos.

Os três pontos levantados contra os ex-ministros são absolutamente inconsistentes, como sobejamente comprovados nos autos e resumido a seguir:

1) É injurioso imaginar que as mais altas autoridades do País tenham induzido à compra da Corretora Laureano. O comprador, o Sr. Assis Paim, adquiriu a Corretora para evitar que ela quebrasse, defendendo assim seus interesses particulares, representados por créditos de cerca de 300 milhões de cruzeiros. O próprio adquirente considerou a transação um bom negócio, tanto assim que, além de encampar ativo e passivo, ainda pagou ao vendedor 50 milhões de cruzeiros. E, um ano depois da compra, apresentou ao Banco Central um relatório em que demonstrava alta lucratividade e o saneamento financeiro da empresa.

2) O empréstimo de 2,5 bilhões de cruzeiros, efetuado mediante aprovação da diretoria da Caixa Econômica Federal e do secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento, traduziu-se em operação de interesse para o Governo, permitindo liquidar a operação de vulto no Banco do Brasil, fornecendo à Caixa garantias adequadas e reforçando as garantias do Banco Central, mediante entrega em hipoteca das fazendas da Bocaina, o patrimônio mais valioso do controlador do Grupo Coroa-Brastel.

3) Não é verdade que a assistência de liquidez no montante de 30 bilhões de cruzeiros tenha sido autorizada em reunião de 30-5-83 no Palácio do Planalto, com a presença dos ministros do Planejamento e da Fazenda e do presidente do Banco Central. Simplesmente não houve essa reunião, como se pode ver de vários depoimentos nos autos judiciais.

Por outro lado, é evidente que se tratou de operação legítima de assistência especial e de emergência, com a finalidade de assegurar a necessária defesa do mercado, àquela época visivelmente abalado. O Banco Central sempre concedeu empréstimo dessa natureza, com base em princípios aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 374).

Agora mesmo, o Governo se vê a braços com problemas idênticos, de dar cobertura especial a instituições financeiras em dificuldades, como nos casos dos bancos Sulbrasileiro e Habitasul, e que no mesmo sentido motivaram as decisões do Conselho Monetário em sua última reunião do dia 2 de maio do corrente (Resolução nº 1.010).

Por todos esses fatos é imperioso registrar, com veemência, a falta de coerência das acusações divulgadas, precipitando conclusões que a Justiça não adotou. Visivelmente, a proposta de requerimento de autoria do subprocurador não encontra respaldo nos autos.

As acusações, portanto, são absurdas. É lamentável a forma como foram dadas à divulgação, predispondo a opinião pública a um erro de julgamento. A fiscalização dos atos dos administradores públicos não pode se transformar em veículo de ulaje à honra e à decência das pessoas, sob pena de se tornar inadimistrável a coisa pública."

Antônio Delfim Netto — Ernane Galvães.

Oportunamente voltarei ao assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tenho sugerido ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, por este microfone, alguns nomes ilustres, para o Ministério da Cultura Brasileira e, de propósito deixa para a última sugestão, já que é norma de que os "últimos serão os primeiros", o nome ilustre e conhe-

cidoíssimo do Dr. Sérgio de Oliveira, atual Presidente do Concine — Conselho Nacional de Cinema.

O Dr. Sérgio é jornalista com uma folha de trabalho enriquecida pela atuação no exterior; é sociólogo falando vários idiomas e tem e teve, à frente do Concine, um trabalho que o credencia a ocupar o Ministério da Cultura, com a certeza de um desempenho que engradecerá a Nova República, por ser honrado, competente e dedicado.

À frente do Concine:

Disciplinou a vinda de produções estrangeiras ao nosso País, impedindo a invasão de tipos de produções alheias à realidade nacional e que prejudica a indústria nacional;

Estabeleceu a reserva do mercado para a indústria nacional de video-cassete, o que evitou a entrada exagerada dos enlatados estrangeiros;

Abriu laboratórios, criando novo mercado de trabalho e assim emancipou os produtores nacionais que não pagariam mais em dólares os lançamentos em video;

Criou legislação aplicada à produção cultural independente para curtas e médias metragens, sem vocação comercial, o que foi considerado pela Associação Brasileira de Documentaristas, como um avanço de mais de vinte anos no setor.

Por todas essas medidas e outros trabalhos em prol da cultura brasileira, o Dr. Sérgio de Oliveira tem o apoio de artistas e técnicos nacionais, sendo por isso que a sua indicação para o Ministério da Cultura terá repercussão favorável, e dignificará o Governo do Presidente José Sarney.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Eminentíssimo Senador Passos Pôrto, que preside, para honra nossa, a sessão do Congresso Nacional, Srs. Congressistas...

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Muito obrigado.

O SR. JORGE ARBAGE — V. Ex^a merece.

Sr. Presidente, não tenho procuração dos ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, assim como do ex-Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, para defendê-los das acusações que contra eles suscitou o eminente Subprocurador-Geral que da República, José Arnaldo da Fonseca. Enquanto S. Ex^a cumpre um dever de profissão, nós outros cumprimos um dever de gratidão.

Vim aqui, Sr. Presidente, para refutar acusações que reputamos, em princípio, graciosas a três homens públicos que tiveram a competência e a coragem de gerir as finanças deste País e todos, pois, o fizeram, com o testemunho da nação, voltados para o bem comum da Pátria e do seu povo.

Tenho autoridade para falar sobre os três acusados na denúncia do insigne Subprocurador-Geral da República. Sr. Presidente, a vida pública tem, a rigor, esses terríveis e horroresos percalços.

Todo cidadão que se dispõe a arrastar o sacrifício do exercício do cargo, público, em qualquer nível — seja no municipal, estadual, federal, ou no setor autárquico — torna-se vulnerável à sanha do revanchismo, e quando passa por qualquer desses cargos sem deixar rastros que possam comprometer sua dignidade, ainda assim, não é difícil e muito menos impossível que se arranjam fórmulas para provocar o sensacionalismo na imagem pública, comprometendo, muitas vezes, tantas dignidades que, se pesquisadas com isenções, jamais seriam vítimas de qualquer tipo de acusação.

Creio, Sr. Presidente, que o excesso de transcrição de fatos nos Anais da Casa, quando reveladores da essência da verdade, não prejudicam, ao contrário, subsidiam o interesse do legislador para que possamos, realmente, na hora do julgamento dos homens públicos, sabermos tudo a respeito do seu comportamento, quando no exercício dos cargos.

Embasso-me exatamente nestes fatos que justificaram a denúncia, porque conheci a retidão de caráter de Delfim Netto, de Ernane Galvães e de Carlos Langoni. E o que

fizeram, Sr. Presidente, não se diferencia daquilo que, hoje, está sendo feito também pela Nova República. Injetar recursos em entidades à beira de dificuldades, não me parece, Sr. Presidente, o cometimento de um grave crime. Ontem, Delfim liberou recursos para a Coroa-Brastel, por que ela realmente estava em situação difícil. Não teve culpa se o principal dirigente dessa entidade era um peculatário ou um estelionário e não teve brio de responder com dignidade a ajuda que o Governo Federal lhe facultava. E hoje, Sr. Presidente, nós, do Congresso Nacional, referendamos igual situação para o caso do Sulbrasileiro e do Habitasul, e a Nova República, por seu turno, também sensível a esse problema com relação a outras entidades, não hesitou em socorrer-lhes com ajuda ponderável de recursos para que elas realmente pudessem não comprometer ainda mais a imagem do setor financeiro, num País onde, a cada dia e a cada instante, a imagem do setor está mergulhada no abismo do desígnio.

Peço, portanto, Sr. Presidente, que V. Ex^a admita transcrever nos Anais a nota de esclarecimento à opinião pública, que está assinada pelos ex-Ministros Antônio Delfim Netto e Ernane Galvães.

O futuro dirá se realmente eles agiram com corretismo ou se extrapolaram a faixa desses princípios. Confiamos, Sr. Presidente, na lisura e na integridade do Poder Judiciário do Brasil porque ali está o último bastião daqueles que sofrem as pressões, as suas dignidades, sujeitos a serem expostos à execração da opinião pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — V. Ex^a será atendido.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE ARBAGE EM SEU DISCURSO:

A NOTA

A nota de esclarecimento à opinião pública assinada pelos ex-ministros Delfim Netto e Ernane Galvães é a seguinte:

Esclarecimento à opinião pública

"Surpreendidos e legitimamente indignados com as acusações divulgadas pela imprensa com base em requerimento do Subprocurador da República dirigido ao Juiz da 6ª Vara Federal, os ex-ministros Antônio Delfim Netto e Ernane Galvães apressam-se em vir a público denunciar e repelir mais essa tentativa de envolvimento político de pessoas responsáveis da anterior administração.

O Banco Central do Brasil já respondeu, à sociedade, essas acusações através do criterioso trabalho de apuração de uma comissão de inquérito e da publicação de um "livro branco" em que foram exaustivamente esclarecidos os fatos que revestiram à assistência financeira e a liquidação extrajudicial das empresas do grupo Coroa-Brastel.

No mesmo sentido esgotaram-se as apurações na área do judiciário, com a participação da Polícia Federal, encontrando-se o processo sub judice, devidamente formado por amplos e detalhados depoimentos, inclusive de alguns altos funcionários do governo e dirigentes do Banco Central, injustamente indicados.

O documento dado à divulgação não é um documento acusatório oficial, nem tem fundamento nos autos.

Os três pontos levantados contra os ex-ministros são absolutamente inconsistentes, como sobejamente comprovados nos autos e resumido a seguir:

1) É injurioso imaginar que as mais altas autoridades do País tenham induzido à compra da Corretora Laureano. O comprador, o Sr. Assis Paim, adquiriu a Corretora para evitar que ela quebrasse, defendendo assim seus interesses particulares, representados por créditos de cerca de 300 milhões de cruzeiros. O próprio adquirente considerou a transação um bom negócio, tanto assim que, além de encampar ativo e passivo, ainda pagou ao vendedor 50 milhões de cruzeiros. E, um ano depois da compra, apresentou ao Banco Central um relatório em que demonstrava alta lucratividade e o saneamento financeiro da empresa.

2) O empréstimo de 2,5 bilhões de cruzeiros efetuado mediante aprovação da Diretoria da Caixa Econômica Federal e do Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento, traduziu-se em operação de interesse para o go-

verno, permitindo liquidar a operação de vulto no Banco do Brasil fornecendo à Caixa garantias adequadas e reforçando as garantias do Banco Central, mediante entrega em hipoteca das fazendas da Bocaina, o patrimônio mais valioso do controlador do Grupo Coroa-Brastel.

3) Não é verdade que a assistência de liquidez no montante de 30 bilhões de cruzeiros tenha sido autorizada em reunião de 30-5-83 no Palácio do Planalto, com a presença dos ministros do Planejamento e da Fazenda e do presidente do Banco Central. Simplesmente não houve essa reunião como se pode ver de vários depoimentos nos autos judiciais.

Por outro lado, é evidente que se tratou de operação legítima de assistência especial e de emergência, com a finalidade de assegurar a necessária defesa do mercado, e àquela época visivelmente abalada. O Banco Central sempre concedeu empréstimo dessa natureza, com base em princípios aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 374).

Agora mesmo, o governo se vê a braços com problemas idênticos, de dar cobertura especial à instituições financeiras em dificuldades, como nos casos dos bancos Sulbrasil e Habitasul, e que no mesmo sentido motivaram as decisões do Conselho Monetário em sua última reunião do dia 2 de maio do corrente (Resolução nº 1.010).

Por todos esses fatos é imperioso registrar, com veemência, a falta de coerência das acusações divulgadas, precipitando conclusões que a Justiça não adotou. Visivelmente, a proposta de requerimento de autoria do Subprocurador não encontra respaldo nos autos.

As acusações portanto são absurdas. É lamentável a forma como foram dadas à divulgação, predispondo a opinião pública a um erro de julgamento. A fiscalização dos atos dos administradores públicos não pode se transformar em veículo de ultraje à honra e à decência das pessoas, sob pena de se tornar inadmissível a coisa pública".

Antônio Delfim Netto — Ernane Galvães.

AS ACUSAÇÕES

Os ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvães refutaram veementemente as acusações do Subprocurador da República através de denúncia no processo Coroa-Brastel, encaminhada ao juiz da 6ª Vara Federal, distribuindo uma nota intitulada "Esclarecimento à Opinião Pública".

Em declarações pessoais sobre a sua inclusão no processo, o ex-ministro Delfim Netto afirmou: "Como se comportarão os futuros subprocuradores da República ao avaliarem a recente destinação de dois trilhões de cruzeiros determinada pela administração econômica da Nova República para contornar a emergência que viveram duas instituições financeiras paulistas na semana passada? Pode-se inserir desta ação a incidência de corrupção?" O ex-ministro do Planejamento refere-se à reunião de emergência do Conselho Monetário Nacional para facilitar crédito para os bancos Comind e Auxiliar.

Ao refutar as acusações do subprocurador José Arnaldo da Fonseca, o ex-ministro Delfim Netto disse o seguinte:

"A proposta de requerimento do subprocurador suscitando questão de competência não pode ser transformada em peça condenatória, expondo-se à execração o nome de um cidadão pelo simples fato de haver exercido a administração pública.

O requerimento é acompanhado de peça acusatória, na qual se condena, a priori, perante à opinião pública, a ação do administrador para merecer a pecha de corrupção, promovendo-se a sua desonra? Constitui corrupção a tentativa de salvar uma instituição financeira ameaçada de colapso?

Como se comportarão os futuros subprocuradores da República ao avaliarem a recente destinação de dois trilhões de cruzeiros determinada pela administração econômica da Nova República para contornar a emergência que viveram duas instituições financeiras paulistas na semana passada? Pode-se inserir desta ação a incidência de corrupção?

A acusação é absurda. E a forma como foi dada a divulgação é lamentável já tendo produzido o mal esperado.

A prática da fiscalização dos atos dos administradores públicos não pode se transformar em veículo de ultraje à

honra e à decência das pessoas, sob pena de se tornar inadmissível a coisa pública."

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Mardini.

O SR. HUGO MARDINI (PDS — RS) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderia deixar de abordar a matéria a que me vou referir imediatamente, pela sua importância e pela gravidade do documento publicado na Revista *Veja* desta semana, no qual, em longa reportagem, essa Revista de circulação nacional informa que, na última segunda-feira, dirigentes dos seis maiores bancos brasileiros e a Diretoria do Banco Central decidiram encaminhar, sob o manto do sigilo, a solução de um dos mais importantes problemas que trazem pelos gabinetes da área econômica do novo Governo: a situação de caixa dos Bancos Comind e Auxiliar, ambos baseados em São Paulo — é bom que se frise isto — e colocados em posições privilegiadas na lista dos grandes bancos do ramo.

O Governo federal, na semana passada, injetou um trilhão de cruzeiros no Banco Comind e 850 bilhões de cruzeiros no Banco Auxiliar, ou seja, praticamente dois trilhões de cruzeiros foram injetados pela nova República nesses dois estabelecimentos bancários.

Não ouvi nenhuma palavra desde que essa notícia circulou, e ela circulou intensamente na semana anterior e hoje é colocada de corpo inteiro na Revista *Veja*; não ouvi nenhuma palavra de companheiros, ilustres Parlamentares...

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUGO MARDINI — ... que tomaram posição neste plenário, exatamente obstaculizando aqui, de forma absolutamente emocional, o aporte de 900 bilhões de cruzeiros para salvar o sistema Habitasul E Sulbrasileiro, da Região Sul do País.

É importante, Sr. Presidente, refirmos, nesta intervenção, nossa estranheza de que, sendo hoje quarta-feira, e tendo sido a notícia amplamente divulgada nos jornais e na Revista *Veja*, não tenhamos ouvido nenhuma reclamação de nossos ilustres opositores que dão suporte ao Governo da Nova República, que de nova tem muito pouco, porque procedem precisamente, nas reuniões secretas do Conselho Monetário Nacional, tão criticadas, nas tribunas da Câmara e do Senado, pelos opositores de ontem e governistas de hoje. E, neste momento, o Congresso, através de mensagem do Governo, criou uma celeuma enorme, traumatizando profundamente a economia do Rio Grande e deslocando para cã milhares de servidores do Banco Sulbrasileiro, e do Habitasul e submetendo a economia do Rio Grande, Paraná e Santa Catarina a uma situação de espera longa que se arrastou por mais de 90 dias, anunciando um aporte de recursos que, na verdade, não era aporte, mas dinheiro destinado a desapropriar os dois sistemas e que acabou recebendo substitutivo da Câmara, aprovado ontem no Senado, que criou o Banco Meridional — este o nome, — com jurisdição no Rio Grande, Paraná e Santa Catarina, sob controle federal, para fazer as vezes que faz, no Nordeste, o Banco do mesmo nome e, na Amazônia, o Banco da Amazônia.

Acho, Sr. Presidente, que há uma diferença brutal entre os dois casos assemelhados — o primeiro, que sofreu intervenção absurda do Governo anterior, absolutamente incoerente, traumatizante, prejudicial à economia e que, posteriormente, sofre por parte do novo Governo, Governo sucessor, mensagem propondo 900 bilhões de cruzeiros para recuperar aquelas instituições — isso é objeto, aqui, de uma dúzia de substitutivos e posições as mais preocupantes de alguns correntistas e de adversários meus que, na tribuna, fizeram pronunciamentos em posições claras, dos quais não ouvi uma palavra, até agora, sobre estes dados: 1 trilhão para o Comind, 850 bilhões para o Banco Auxiliar e, certamente, outros aportes deverão ser feitos.

Vou voltar à tribuna, Sr. Presidente, para comentar a Resolução nº 1.008, do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, publicada no *Diário Oficial* da União no dia 3 de maio, que vale e merece ser discutida nesta Casa, que não costuma ler o *Diário Oficial* e cuja leitura, recomendo, dos atos da Nova República, que precisam ser trazidos à discussão neste Parlamento, para oportunizar o debate e a oxigenação dessas medidas tomadas na calada da noite, secretamente, escamoteada da opinião pública, que acaba filtrada por informação de jornal, mas que, felizmente, hoje, está retratada de corpo inteiro nesta edição da *Veja*, que merece uma análise, uma reflexão e, principalmente, uma discussão por parte desse Parlamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!) **O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) —** Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — PR) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Apenas dois anos de administração do Governo Franco Montoro, em São Paulo, foram suficientes para transformar a SABESP de símbolo da prepotência, do autoritarismo e do desperdício do dinheiro público na administração anterior, em uma empresa de probidade administrativa, de eficiência e, por isso mesmo, digna do reconhecimento do público.

Começando pelo reconhecimento público, Sr. Presidente, três informações básicas são suficientes para atestá-lo:

— uma pesquisa do Instituto Gallup, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 2-3-85, revela que o serviço público "abastecimento de água" conquistou o primeiro lugar no índice de aprovação da população;

— oitenta por cento dos entrevistados classificaram o "abastecimento de água" entre as faixas excelente e bom. O índice de aprovação situou-se 37,7% acima do serviço público colocado em segundo lugar; e

— essa posição revela uma evolução de 44% sobre a pesquisa realizada no início do governo.

Quanto à eficiência em seu trabalho e no atendimento às populações dos municípios conveniados, basta informar que, anteriormente a SABESP tinha 170 ligações por empregado e hoje tem 208, isto é, diminuiu o pessoal e aumentou o atendimento, com melhoria de produtividade de 22,3%. A tarifa social reduziu o gasto de mais de cinco milhões de pessoas, e, mesmo assim, a empresa diminuiu seu endividamento e ampliou o seu patrimônio.

A probidade administrativa na SABESP, implantada sob a sábia orientação do Secretário de Obras e de Meio Ambiente, Engenheiro João Oswaldo Leiva, Srs. Deputados, sobressai quando se sabe que sua diretoria, enfrentando as mais variadas formas de pressões, rescindiu e revogou projetos e obras anteriormente licitados no valor de 1 trilhão e 100 bilhões de cruzeiros, por não atenderem ao interesse público. Reduziu sua tabela de preços de obras em 20%; alterou e moralizou os critérios de medição; utilizou, sempre que possível, a colaboração de mão-de-obra das Prefeituras, dispensando a contratação do empreiteiro e barateando ainda mais os custos. Como consequência, as obras de esgotos estão sendo realizadas pela metade do preço das que eram executadas na administração passada (quatro UPC por metro).

Coroando tudo isso, e como resultado imediato da aplicação estrita dos princípios de descentralização, democratização e decência administrativa, implantados pelo Governador Franco Montoro em toda a sua Administração, a SABESP pode hoje ostentar um rol de realizações invejável, impossível de ser transcrito aqui. Apesar algumas dessas realizações, para que por elas possamos aquilatar o restante:

— em 1984, foi iniciada a construção de mais de dois mil quilômetros de redes de água e esgoto, ora em fase de conclusão;

— não existe hoje um único município conveniado com a SABESP em que não esteja sendo implantadas redes de esgoto;

— os serviços municipais autônomos, embora não conveniados, dispõem de assistência técnica da empresa;

— processos alternativos para tratamento de esgoto foram desenvolvidos e alguns já estão implantados (biodepositores de fluxo ascendente e deposição no solo);

— no atendimento a favelas, foram feitas nos dois anos do Governo Montoro mais ligações de água do que em todos os governos anteriores juntos;

— ainda este ano, sem acréscimo de preço nos seus serviços, fluoretará a água de todo o Estado de São Paulo.

Nossos parabéns, em nome do povo paulista, à Diretoria da SABESP, ao Senhor Secretário de Obras e do

Meu Ambiente e, especialmente, ao Governador Franco Montoro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Alberto Goldman — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Alberto Goldman, para uma questão de ordem.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PMDB — SP) Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente, no dia 14 de março de 1984, com a assinatura de 24 Senadores e 162 Deputados Federais, foi apresentada emenda constitucional, da qual sou o primeiro subscritor, propondo a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Posteriormente, no dia 4 de abril de 1984, cerca de 20 dias depois, me foi apresentada uma emenda constitucional, com teor semelhante, neste caso subscrita por cerca de 2/3 de Deputados e 2/3 de Senadores, cujo primeiro subscritor é o Deputado Gastone Righi. Pelo fato dessa emenda apresentada pelo Deputado Gastone Righi ter 2/3 de Deputados e 2/3 de Senadores, ela adquiriu caráter de urgência, de prioridade, na sua leitura. Foi lida no dia 17 de abril de 1984, e a emenda que eu havia apresentado, como é matéria correlata, passou a caminhar junto com essa emenda, cujo primeiro subscritor é o Deputado Gastone Righi.

Essas duas emendas tramitaram, a apresentada por mim com o nº 7 e a apresentada pelo Deputado Gastone Righi com o nº 6. Tramitaram durante vários meses pela Comissão Mista, recebendo, finalmente, parecer contrário da Comissão, cujo Relator foi o Deputado Otávio Cesário.

O Sr. Presidente anunciou, foi noticiado pelos jornais, pelos meios de comunicação, que as Emendas nº 6 e 7 seriam colocadas na Ordem do Dia, no dia 12 de junho próximo. No entanto, hoje, observamos, pela leitura dos jornais, que há uma decisão do Presidente José Sarney, com os Líderes da Maioria nesta Casa, no Congresso Nacional, estabelecendo a apresentação de uma emenda constitucional com teor semelhante, que ainda não foi apresentada, prevê-se que seja apresentada até meados de junho, que estabelece, também, a discussão da mesma matéria, convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Entendo que este, fundamentalmente, é o grande projeto político da Nova República, é o projeto político que, sem dúvida, foi assumido por Tancredo Neves e hoje assumido por José Sarney e por todas as forças que compõem a maioria da Aliança Democrática. Nesse sentido, entendo perfeitamente lícito, perfeitamente lógico, que essa seja uma iniciativa não individual, não pessoal, minha ou do Deputado Gastone Righi, ou mesmo daqueles que apresentaram, como forma de apoio a emenda constitucional. A nossa finalidade, a minha finalidade básica, num certo sentido, já foi concluída, já que eu previa, com o debate da constituinte, que nós levantássemos esse problema, que esse aspecto pudesse ser profundamente debatido no Congresso Nacional.

Parece-me que seria muito ruim que esse debate se desse no dia 12 de junho, Sr. Presidente, que esse debate apenas se desse naquele dia, que essas matérias fossem incluídas no dia 12 de junho, com o debate, sem que a proposta do próprio Governo fosse apresentada. Existem aspectos fundamentais que devem ser incluídos, como, por exemplo a questão da representação proporcional na Assembleia Nacional Constituinte. Como é que o povo será representado, efetivamente, na Assembleia Nacional Constituinte? É matéria que tem sido debate já nesta Casa, na própria Comissão Interpartidária e que deve ser objeto da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse sentido me parece uma medida política correta, que o Senhor Presidente promova a retirada, e eu solicito como requerimento, promova a retirada ou a suspensão da sessão marcada para o dia 12 de junho, para discussão dessas duas matérias, já que, provavelmente, se a emenda do Presidente José Sarney, a emenda da Aliança Democrática, não estiver ainda tramitando, teremos, simplesmente, uma sessão esvaziada, com grave prestígio para o Congresso Nacional, com grave prestígio para as forças majoritárias que, realmente, pretendem a Assembleia Nacional Constituinte, pretendem vê-la debatida e aprovada, para que tenhamos, realmente, a reformulação institucional deste País.

Neste sentido, Sr. Presidente, é o meu requerimento. Julgo que seria correto e o faço como primeiro subscritor de uma das emendas, evidentemente não falo pelo subscritor da outra, mas falo como subscritor primeiro da Emenda nº 7, para que possamos suspender a Ordem do Dia marcada para o dia 12 de junho, de maneira que, ao vir a emenda do Presidente José Sarney, da Aliança Democrática, as nossas duas emendas sejam englobadas numa sessão única e possam ser apreciadas por este Congresso Nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nobre Deputado Alberto Goldman, o § 1º, do art. 72, do Regimento Comum, diz o seguinte:

“Terão preferência, para recebimento das propostas, de iniciativa do Presidente da República quando é expresso na Mensagem Presidencial. E, de iniciativa de Parlamentar, quando subscrita por dois terços de membros das duas Casas do Congresso Nacional etc.”

Ocorre o seguinte: as duas emendas, as duas propostas estão já com pareceres, estão já em tramitação e anexas, porque são matérias correlatas, com a data prevista para o dia 12 de junho.

A notícia é que o Senhor Presidente da República manda também uma mensagem. Ela terá preferência, em face desse parágrafo 1º, para a leitura, não para parecer. Quanto à mudança de data, se houver um acordo de Lideranças, evidentemente que a Presidência do Congresso poderá adiar a discussão e votação da emenda, na hipótese de acordo de Lideranças. O prazo é regimental, a data é marcada em face do calendário de sucessão de leituras, de discussões, de votações e de emendas. Mas se houver acordo, creio que a solução sujerida por V. Exª é francamente factível.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Já que, Sr. Presidente, a matéria de alta importância para a Nação, não há proprietário dessa matéria, não há propriedade em relação a isso. Como é uma matéria de reforma da Constituição, é quase um ato revolucionário, sem ter havido uma revolução; é um ato de revolução, é preciso que haja, efetivamente, um grande acordo a respeito disso. É importante que essa matéria, portanto, seja uma matéria delimitada não como propriedade de ninguém, mas como propriedade da Nação brasileira, do povo brasileiro, que deseja a Constituinte para reformular e democratizar o País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Desejo solicitar de V. Exª a transcrição da carta de um ex-instrutor da Escola do SENAI, fazendo uma série de denúncias com relação à direção daquela Escola. Exige mudanças na direção da Escola do SENAI, considerando essas denúncias quanto à arbitrariedades políticas e corrupções naquela Escola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOINO:

Meu nome é Leonardo Teodoro de Castro, sou ex-instrutor do Senai demitido arbitrariamente por discordar da corrupta administração da Escola. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senai é uma impresa pública gerada com recursos públicos e não de uma meia dúzia de irresponsáveis dirigido e orientado diretamente pela FIESP. O Senai, transformou-se num grupo de mafiosos dirigido pelo já declarado FACISTA Paulo Ernesto Tolle que persegue cruelmente os instrutores e demais servidores da Escola. Para você ter uma idéia Sr. Deputado na sede da Escola existe craxás coloridos para os funcionários usarem pendurado na roupa. Por exemplo craxá de diretor é uma cor, craxá de chefe de seção é outra cor e de funcionário é outra cor, isso é constrangedor o Sr. não acha? É como se fosse um quartel com as divisas de general, coronel e capitão e etc.

O Senai foi transformado num cabide de emprego dos protegidos de Paulo Ernesto Tolle e sua quadrilha, que

conseguiu fazer do Senai um verdadeiro mar de corrupção. Para se ter uma idéia, os diretores regionais deram um golpe de mestre. Mudaram o estatuto da A.E.S. (Associação dos Empregados do Senai) e apoderaram da Associação. Todo o dinheiro arrecadado da contribuição dos instrutores e servidores estão sendo aplicado em operações especulativas, tais como Over Night e Open Market — quando deveria ser aplicado em benefício dos associados sem fins lucrativos. Fala-se também de uma grande violenta chamada reserva técnica que está sendo aplicada em operações especulativas, enquanto o maquinário da escola está caindo aos pedaços colocando em risco constantes de acidentes os alunos que operam máquinas com mais de 25 anos de uso. Os instrutores do Senai fizeram um movimento para aumento de salário e foram violentamente reprimidos com mais de 20 demissões dos seus melhores quadros. Quer dizer os instrutores mais competentes mais combativos foram mandados embora. O cinismo do cabecilha Paulo Ernesto Tolle chega ser um verdadeiro insulto a consciência honesta dos instrutores e demais servidores do Senai. Alegou que os instrutores não iam ter aumento salarial porque não tinha recursos. Entretanto, os diretores regionais do Senai tiveram aumento que eles chamam de correção de curva salarial para aliviá-los do achatamento dos seus poupidos salários. É um cinismo deslavado. Sr. Deputado a solução viável a curto prazo seria a estatização deste estabelecimento de ensino profissionalizante já. O ensino profissionalizante não poderá continuar sob o domínio fascista do canalha Paulo Ernesto Tolle e da FIESP. Os alunos do Senai, serão futuros torneiros, ferramenteiros, frisadores, retificadores, mecânico geral e etc. Os alunos são doutrinados a obediência total sob pena de serem expulsos da escola por discordar de regulamentos violentos e arbitrários da direção da escola. O Presidente Figueiredo desmoralizado com seu desgoverno esteve quase estatizando o Senai, acho que ele andou enxergando algo de aburdo que vinha acontecendo lá.

Vou fazer aqui um depoimento, e baseado no que disser o ilustre deputado tem meios de investigar com maior profundidade as denúncias. O antigo prédio onde funcionava sua sede na Alameda Barão de Limeira, 539 foi vendido e segundo comenta-se que há muitas irregularidades na venda de tal imóvel. Há milhares de Escolas do Senai na capital e interior funcionando com maquinários velhos, correndo o risco de acidentes constantes para os alunos. Na Escola Senai Mariano Ferraz — Rua Jaguare Mirim, 71 Vila Leopoldina há irregularidades inaceitáveis. A Escola foi feita com empréstimo do Banco de Desenvolvimento (Banco Americano Empréstimo feito em dólar) uma grande parte de seu maquinário é velho e obsoleto. O enorme prédio da escola foi construído num pequeno terreno e não sobrou espaço onde o aluno precisa ficar de acordo com a lei. Quando chove, a situação é um verdadeiro desastre, onde os alunos se amontoam como porcos no chiqueiro. As escadas que sobem para o pavimento superior são estreitas e na hora do pique o movimento dos alunos de vai-e-vem chega a ser irracional, já houve caso de aluno cair e fraturar o braço. Eu não sei como a Prefeitura de São Paulo na época aprovou essa planta, pra mim isso é um verdadeiro crime. Todavia, sabe-se que o terreno era muito grande e dava para se fazer uma escola saudável e não fizeram. Dizem que o Senai vendeu a outra parte do terreno para o corretor construir sua sede central. E dizem os entendidos que há suspeita de corrupção das grossas na venda de tal terreno.

A escola Senai Mariano Ferraz é uma demonstração nítida de uma incompetência total. O Diretor da Escola Sr. Erasmo Vicente é extremamente arbitrário e violento. É difícil encontrar numa só pessoa tanta ignorância, estupidez e incompetência. Mau brasileiro, não tem dentro de si uma gota de patriotismo. As datas cívicas tais como 21 de abril, 7 de setembro e 15 de novembro são comemoradas com apenas 3% dos alunos da escola e 97 ficam marginalizados, sendo que a escola tem 2.800 alunos. Se neste país houvesse respeito às leis, o Sr. Erasmo Vicente já estava no seu devido lugar na cadeia. Esse fulano, de vez em quando promove bazar no recinto da escola para arrecadar fundos. O diretor manda recolher às peças dos alunos que tradicionalmente a eles eram distribuídos gratuitamente para posteriormente vendê-las frustrando assim toda expectativa de um período escolar em que o aluno deixa de receber as peças feitas com as suas mãos e sua inteligência. Feito tal bazar, a soma de dinheiro arre-

cudado é grande, simplesmente a ninguém foi dado nenhuma satisfação de quanto foi arrecadado e onde está o dinheiro. Ouviu dizer que o dinheiro arrecadado está depositado na poupança em nome do Sr. Erasmo Vicente. Ter a coragem de dizer tudo isso em panfleto foi a causa de minha demissão dos quadros de instrutor do Senai.

Eu e os instrutores do Senai, gostaríamos de pedir ao combativo Deputado José Genoino Neto que providenciasse uma comissão parlamentar de inquérito e uma auditoria através do Tribunal de Contas da União, para checar todas as irregularidades ali praticadas impunemente. Gostaria de lembrar ao combativo Deputado José Genoino Neto que o Senai é uma empresa pública gerada com recursos público e não de uma meia dúzia de corruptos como Paulo Ernesto Tolle diretor regional — José Augusto Bezzano diretor administrativo e Luiz Vagues mediocre chefe do departamento pessoal perseguindo implacável de quem trabalha e produz. Enquanto nós estamos trabalhando essa gang está reunida planejando como perseguir e demitir os servidores honestos que cumprem com seus deveres. Desgraçadamente Sr. Deputado parece que o Brasil acostumou a conviver com a corrupção dos criminosos do colarinho branco que praticam os maiores crimes contra o povo e a Pátria e continuam impunes garantido pelo poder econômico. Eu e os brasileiros honestos como V. Ex^e não permitiremos que os abusos continuem a acontecer sem que ninguém tome providências. Espero que o Sr. leia com atenção minha carta e estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que de mim precisar. V. Ex^e é criticado por alguns jornais irresponsáveis a serviço das multinacionais e da burguesia conservadora e reacionária, mas, felizmente isso não lhe atingiu jamais. As suas idéias deputado são as idéias do povo indestrutível como uma montanha de ferro e bronze. A democracia há de imperar custe o que custar e para isso estou disposto a empunhar uma metralhadora e ir para trincheira defender os mais simples e sagrados direitos dos trabalhadores. Todo cidadão tem direito ao trabalho, a moradia, a cultura, a saúde e ao bem-estar, isso está escrito na nossa Constituição, não é mesmo? O Sr. não tem um escritório em São Paulo para que possamos conversarmos pessoalmente? Estarei aguardando ansiosamente sua resposta.

Ou Ficar a Pátria Livre ou Morrer Pelo Brasil.
Muito obrigado, — Leonardo Teodoro de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, desejo ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, editorial do, "Informativo Marítimo", edição de janeiro de 1985, intitulado "Sindicato denuncia: DPC protege empresas e contraria marítimos".

SINDICATO DENUNCIA:
DPC protege empresas
e contraria marítimos

Com uma citação do ex-Presidente Ernesto Geisel, onde ele diz: "o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional", o Sindicato Nacional dos Oficiais de Radiocomunicações da Marinha Mercante — SNORMM, critica a Diretoria de Portos e Costas — DPC, pelo que chama abandono deliberado de seu dever constitucional, previsto no artigo 19 da Carta Magna, de "zelar pela defesa e fiel cumprimento das leis".

No documento, assinado por seu presidente, Luciano Ponce Pasini Júdice, o SNORMM acusa a DPC de descumprimento da Portomarinst, nº 108001/83, ao conceder autorização especial às empresas de navegação, estatais ou privadas, em detrimento dos interesses da categoria profissional que representa. No inteiro teor do documento, o sindicato denuncia "gravíssimos fatos que implicam na considerável diminuição do índice de segurança a bordo dos navios de longo curso" e enumera aqueles que considera prejudiciais aos seus representados.

Restrição e desrespeito

O principal enfoque do documento é falta a bordo de mais um oficial de radiocomunicações, prática que se tornou restrita por força de injunções eco-

nómicas, mas que fere as regras internacionais sobre o assunto. Antes, todos os chamados navios de longo curso, os de tráfico internacional, levavam a bordo dois oficiais (um 1º e um 2º) de radiocomunicações, "assegurando escuta de 16 horas diárias, dedicadas ao recebimento e transmissão de boletins meteorológicos, aviso aos navegantes de socorro extremo SOS, auxílios médicos, controle de tráfego marítimo e outros serviços de caráter administrativo e particular".

O embarque de um segundo oficial tornou-se facultativo, a critério das empresas, segundo norma baixada pela DPC, mas garantiu aos 2ºs oficiais os embarques em viagens de cabotagem. Porém, segundo o sindicato, tal restrição de somente um oficial de radiocomunicações suprindo as linhas de longo curso prejudica o nível de segurança das embarcações, pela falta de um substituto legal, em caso de impedimentos eventuais, por doença ou acidente de trabalho. O documento cita as viagens para o Extremo Oriente, "onde as turbulências atmosféricas podem freqüentemente assumir proporções catastróficas para os navegantes" e cita como exemplo o navio Dococoral, da Docenave, que foi obrigado a sair de Singapura devido a doença de seu oficial de radiocomunicações, substituído eventualmente, no porto, por um oficial inglês, por falta de substituto à altura, a bordo.

Mercado de trabalho

Além de focalizar os problemas de segurança, pela vulnerabilidade das embarcações, dotadas de um único oficial, as preocupações do Sindicato de Radiocomunicações se fazem também pelo avultamento do mercado de trabalho da categoria. Com base no liberalismo da DPC, as empresas não só deixam de levar dois oficiais em suas linhas internacionais, como estão suprimindo a presença dos 1ºs oficiais sob alegação, segundo informa a própria DPC, de que os armadores não aceitam os aspectos salariais, "o que revela uma condenável e ilegal interferência na esfera trabalhista, não afeta à competência daquela Diretoria", diz o documento.

O SNORMM rebate ainda a DPC ao informar que "as propostas salariais feitas aos armadores para a contratação de seus associados são rigorosamente nos termos da hierarquia salarial e funcional, determinada pelo artigo 51 do Regulamento para o Tráfego Marítimo". Finaliza o documento-denúncia a consideração de uma série de princípios legais, a começar pela quebra do princípio previsto no artigo 160 da Constituição e que fala na expansão das justas oportunidades de emprego produtivo dos 1ºs oficiais de radiocomunicações, e "atenta contra as harmonias e solidariedade que deve existir entre as categorias sociais da produção", diz o protesto.

Outro aspecto do princípio de legalidade evocado, cita o artigo 79 do decreto que aprovou o Regulamento para o Tráfego Marítimo e que estabelece: "o exercício de cargo superior a bordo só pode ocorrer quando houver falta de pessoal regulamentar para embarque", o que, segundo o sindicato, "absolutamente não ocorreu, havendo, ao contrário, grande número de oficiais disponíveis". Para encerrar, cita o princípio de moralidade, "regedor da Administração pública, seriamente atingido ao permitir-se a saída dos navios de longo curso com lotação irregular; além de ser desobedecida a lei e diminuir-se a segurança da navegação, da tripulação, da carga e da própria embarcação, propicia indevida economia ao armador pelo pagamento de salários menores".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo Franco Montoro, pelo seu elevado conteúdo democrático, presta contas à população de todos os atos da administração pública, tanto direta quanto indireta. Assim é que a Secretaria de Estado de Obras e do Meio Ambiente, tendo à sua frente o ilustre engenheiro

João Oswaldo Leiva, em ofício especial enviado a este parlamentar dá ciência do desempenho da SABESP, empresa pública que na administração anterior, como assinala o ilustre Secretário de Estado, foi "o símbolo da prepotência, do autoritarismo e do desperdício do dinheiro público".

Para que se tenha uma noção dessa transparência administrativa e da seriedade com que é tratada a coisa pública, solicito, Senhor Presidente, a transcrição nos Anais desta Casa do Congresso Nacional do citado ofício que demonstra, de forma clara e precisa, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela SABESP.

Assinalo o documento da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente: "Probidade Administrativa — A diretoria da SABESP, enfrentando as mais variadas formas de pressões, rescindiu e revogou projetos e obras anteriormente licitados no valor de 1 trilhão e 100 bilhões de cruzeiros, por não atenderem ao interesse público.

Reduziu sua tabela de preços de obras em 20%; alterou e moralizou os critérios de medição; utilizou, sempre que possível, a colaboração de mão-de-obra das Prefeituras, dispensando a contratação do empreiteiro, barateando ainda mais os custos.

Como consequência, as obras de esgotos estão sendo realizadas pela metade do preço das que eram executadas na administração passada (quatro UPC por metro).

Eficiência — Anteriormente a SABESP tinha 170 ligações por empregado e hoje tem 208, isto é, diminuiu o pessoal e aumentou o atendimento, com melhoria de produtividade de 22,3%.

A tarifa social reduziu o gasto de mais de cinco milhões de pessoas, e mesmo assim, a empresa diminuiu seu endividamento e ampliou o seu patrimônio.

Ainda este ano, sem acréscimo de preços nos seus serviços, fluoretará a água de todo o Estado de São Paulo.

Reconhecimento Público — Uma pesquisa do Instituto Gallup, publicada no jornal Estado de S. Paulo de 2-3-85, revela que o serviço público "abastecimento de água" conquistou o primeiro lugar no índice de aprovação da população.

Oitenta por cento dos entrevistados classificaram o "abastecimento de água" entre as faixas excelente e bom. O índice de aprovação situou-se 37,7% acima do serviço público colocado em segundo lugar.

Essa posição revela uma evolução de 44% sobre a pesquisa realizada no início do governo.

O que a SABESP está fazendo — Em 1984 foi iniciada a construção de mais de dois mil quilômetros de redes de água e esgoto, ora em fase de conclusão.

Não existe hoje um único município conveniado com a SABESP em que não estejam sendo implantadas redes de esgoto.

Os serviços municipais autônomos embora não conveniados dispõem de assistência técnica da empresa.

Processos alternativos para tratamento de esgoto foram desenvolvidos e alguns já estão implantados (biodigestores de fluxo ascendente e deposição no solo).

No atendimento a favelas foram feitas nos dois anos de Governo Montoro mais ligações de água do que em todos os governos anteriores juntos.

Estes resultados foram a consequência da ampliação estrita dos princípios de descentralização, democratização e decência administrativas implantadas pelo Governo Montoro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ontem, Sr. presidente, no pequeno expediente da sessão do Congresso, falava eu que o que vem aperfeiçando o Congresso Nacional, o que vem comprometendo o conceito desta Casa perante a Nação é o fato de não se levar a sério as denúncias feitas aqui.

O meu ilustre colega de Congresso, Deputado Celso Barros, quero repetir, uma das figuras mais preparadas, dos mais inteligentes de todo o corpo de congressistas, exerce uma Vice-Liderança do Partido da Frente Liberal nesta Casa, como ontem exercia uma Vice-Liderança do PDS, ainda na Velha República. Por essa razão, às vezes, os líderes cometem o erro de fazer a defesa do Governo,

a priori, sem analisar as denúncias, sem aprofundar na verdade a análise das denúncias. Quer dizer, é o atã, a pressa, a correria no sentido de prestar serviço ao Governo.

Como Deputado do PMDB, que compõe a Aliança Democrática, tenho feito, Sr. Presidente, algumas denúncias fundamentalmente na área econômica do Governo, onde não houve mudança alguma, onde as pessoas que atuavam na República Velha continuam atuando agora. Eu até admito que elas não estejam praticando as mesmas falhas, porque deve haver agora, pelo menos, um policiamento maior, a opinião pública está alerta, o próprio Congresso Nacional vem de certo modo buscando denunciar esses fatos, mas nem por isso as pessoas devem continuar lá. São pessoas que estão, a essa altura, na mira da Justiça. E ontem, ainda, a imprensa publicava a denúncia feita, pelo Subprocurador da República, envolvendo vários deles. E eu dizia, daqui, os nomes apontados pelo Subprocurador, corretamente, estão envolvidos com corrupção. Mas ainda falta gente.

Insistente, venho dizendo da tribuna: pessoas envolvidas com os escândalos ocorridos no Brasil, a partir de 1971, foram promovidas com a Nova República, e dei o nome ontem de uma; o Sr. Iran Siqueira Lima, que hoje é um dos diretores do Banco Central, faz parte desse grupo, dessa máfia, lá no Banco Central; teve outro que saiu do Banco do Brasil e foi para lá, o Miranda, ele estava na área externa do Banco do Brasil; também gente da Velha República que comprometeu o conceito desta Nação. Ajuda há o Sr. Antônio Marsilac, também do Banco Central, trazido pelo Sr. Ivan Siqueira Lima. Então, a Nova República tem o dever de sanear o Banco Central, para que tenhamos um pouco de tranquilidade.

Além do mais, Sr. Presidente, ficam as pessoas aqui, os Deputados e os Senadores, a cobrar prerrogativas para o Poder Legislativo. Mas, no entanto, não levam esses desejos às últimas consequências. Então, dizemos assim: é preciso cumprir o dispositivo constitucional, no seu art. 44, mandando que todos os acordos internacionais sejam submetidos ao Congresso Nacional. E quem já viu um deles ser submetido aqui? O Presidente do Banco Central vai a Nova Iorque, discute com os banqueiros, e depois que chega aqui é que dá ciência aos líderes e não ao Parlamento; dá ciência aos líderes do que ele discutiu lá. Será que estão confundindo os líderes com a instituição? Porque eles devem satisfação à instituição, ao Poder Legislativo e não aos líderes. Que estória é essa? Eu não me sinto representado por Líder. De modo que quero a cobrança dessa obrigação que têm os Ministros todos de submeter ao Congresso Nacional tudo quanto passa pelo seus Ministérios. E como são poucos os que apontam essas falhas de uma maneira documentada, eu estou me dirigindo a V. Ex^a agora para pedir a transcrição desses documentos todos, exatamente para que não haja dúvida da parte de ninguém quanto às acusações que eu estou fazendo. Num desses discursos feitos aqui, o Sr. Antônio Carlos Lemgruber me fez um ofício, cuja cópia estou anexando aqui, pedindo que eu desse os nomes das pessoas envolvidas. Eu dei a ele em resposta, que também está aqui, toda a fonte onde encontrar os nomes. Como ele não se pronunciou, não deu nenhuma resposta, o Ministro da Fazenda também não disse nada, eu estou anexando mais um documento, em três páginas, que comprovam, na verdade, as irregularidades praticadas por essas pessoas. Estes são os documentos referentes ao Banco Central.

Ainda para reforçar a necessidade do Congresso Nacional tomar conhecimento de tudo o que se passa neste País, e sobretudo nos gabinetes destes Ministros, eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, do mesmo modo, que transcrevesse, porque é importante, um documento que vem do Banco Mundial, ainda em inglês, ditando normas não só para a política agrícola do País, mas também para uma pretensa reforma bancária que os bancos internacionais têm interesse, para dominar mais ainda o mercado financeiro nacional. Aqui está uma memória, também em inglês, do Banco Mundial, em que todas essas "sugestões" do Banco Mundial são feitas aos nossos Ministros. Mandei traduzir, está aqui a tradução também, mas estou pedindo que a transcrição seja feita em inglês, porque a tradução pode não ser a mais fiel, para que não haja dúvidas.

Por isso, voltamos a reafirmar: este Congresso precisa efetivamente tomar conhecimento de tudo quanto vai pelos corredores, pelos gabinetes desses Ministérios, por-

que enquanto nós apenas falamos e não damos consequência ao que falamos, a soberania nacional vai sendo comprometida, a economia nacional vai sendo atrelada aos interesses de grupos internacionais, de multinacionais, o povo vai ficando cada vez mais empobrecido e, o que é pior, quando os rombos aparecem, é esse povo pobre, sofrido, a quem se impõe o dever de pagar os roubos, os rombos, as falcatruas, todas essas mazelas de que o País hoje é farto. (Muito bem!)

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O DEPUTADO ELQUISSON SOARES) EM SEU PRONUNCIAMENTO:

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

PRESI — 562/85
Brasília (DF), 27 de março de 1985.

Ao
Exm^o Sr.
Deputado Elquissón Soares
Câmara dos Deputados — Gabinete 443
Nesta

Senhor Deputado,

Informado do discurso de V. Ex^a comunicando ter em seu poder vasta documentação sobre irregularidades que teriam ocorrido e estariam ocorrendo na área de fiscalização bancária do Banco Central, rogo a V. Ex^a a cessão destes documentos para que possa tomar as medidas que se impõem.

Atenciosamente. — Antônio Carlos Lemgruber, Presidente

73/ES — BA/85
Brasília, 25 de abril de 1985.

Ilmo. Sr.
Dr. Antônio Carlos Lemgruber
D.D. Presidente do Banco Central do Brasil
Ed. Sede
Nesta

Senhor Presidente,

Rogando-lhe escusas pela demora em responder seu ofício PRESI-562/85, de 27 de março de 1985, quero, inicialmente, parabenizar-lhe pela iniciativa de buscar informar-se sobre os fatos e pela disposição já manifestada de "tomar as medidas que se impõem".

O Banco Central do Brasil, através do DIMEC e do DEFIM, no período de novembro de 1983 a julho de 1984, sob a orientação dos senhores José Kleber Leite de Castro e Altino Cunha, deu início a uma espécie de limpeza em processos que estavam engavetados, envolvendo várias empresas financeiras. Entretanto, substituídos em suas funções por pessoas que antes já haviam ocupado tais postos, não são conhecidos os resultados de tais investigações, salvo o desfecho, aliás, lamentável, do grupo Sul Brasileiro.

A partir de 1971, Presidente, dezenas de processos administrativos, contra instituições financeiras e seus dirigentes foram "arquivados", sem decisão final. Processos fiscais — cobrança de IOF — deixaram de ser formalizadas, por falta de notificações, beneficiando aos infratores com prescrição.

Nesse período, o Banco Central deixou de punir instituições faltosas e irregulares, e, em regra, para as intervenções, adotava-se as conhecidas "soluções de mercado", que enriqueceram cada vez mais, em vez de penalizar, os que haviam lesado os investidores, pois, durante as "intervenções" eram acertadas as transações denominadas, "solução de mercado". Algumas com a participação dos próprios donos das instituições lesadoras e sob intervenção. Outras, em detrimento dos interesses dos responsáveis pelas empresas, pela venda do patrimônio, às vezes, sem licitação, e, principalmente, de cartas-patente. São inúmeros os exemplos: DEFIM, CREDENCE, MINEIRO DO OESTE, CIA. BRASILEIRA DE ROUPAS, AUDI, ÁUREA, IPIRANGA, NACIONAL BRASILEIRO, HALLES, DECRET, CORRETORA LAUREANO, BANCO RESIDÊNCIA etc.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia da orgia que campeava no DIMEC e DEFIM do Banco Central, basta citar que, no período de novembro de 83 a julho de 84, quando a seriedade do Senhor José Kleber Leite de Castro presidiu o DIMEC, foram expedidas 93 advertências; 95 multas; 14 inabilitações temporárias e 29 inabilitações permanentes.

Infelizmente, a ação moralizadora do diretor Kleber não pôde continuar, e o seu afastamento se deu exatamente quando fiscalizada uma corretora que vendia títulos que não possuía, e, o que é mais grave, ele, Kleber, e Altino Cunha foram substituídos por pessoas que haviam sido afastadas dos respectivos setores.

Assim, deixo de fornecer os documentos solicitados, mas dou-lhe a pista para chegar aos promotores da impunidade e da permissividade que campeavam no Banco Central, causando prejuízos incalculáveis à Nação Brasileira.

Tenho afirmado da tribuna da Câmara dos Deputados e quero repetir agora: tal como aconteceu com o Sul Brasileiro, não há um só escândalo financeiro dos últimos anos que inculpe o Banco Central do Brasil, e a única dúvida que me assalta é saber se houve incompetência ou conivência.

Desse modo, já que nenhum desses casos ocorreu em sua gestão, que, por isso mesmo, no particular, está imune, recomendo a V. Ex^a um rigoroso levantamento dos processos de fiscalização, intervenção e liquidação, a partir de 1971, que os nomes dos implicados emergirão. Aliás, entre os funcionários do BC esses nomes são muito conhecidos.

Nesta oportunidade, na certeza de suas providências, apresento-lhe os meus protestos de elevada consideração.

Atenciosamente. — Elquissón Soares, Deputado Federal.

Fato Importante

Entre novembro de 1983 e julho de 1984, período em que o ex-Diretor Wey esteve afastado das funções, temporariamente, face ao estouro da Coroa-Brastel, estas funções passaram a ser exercidas, cumulativamente, pelo Diretor do Crédito Rural e Industrial do Banco Central, Sr. José Kleber Leite de Castro, numa decisão do Presidente Pastore considerada quase como "intervenção na DIMEC".

Como Diretor da DIMEC, o Sr. Kleber, com o apoio do Presidente Pastore, designou o funcionário Altino Cunha, na época Chefe Adjunto do Departamento Regional do Banco Central em São Paulo para titular do Departamento de Fiscalização do Mercado de Capitais — DEFIM, em substituição ao Sr. Dely Borges, afastado no mesmo período ao do senhor Wey e pelas mesmas razões: estouro da Coroa-Brastel.

Durante sua gestão como Chefe do DEFIM, de nov/83 a jul/84, o Sr. Altino Cunha, obedecendo orientação do Diretor Kleber, procurou, preliminarmente assegurar, de pulso forte, o retorno da tranquilidade na área do Mercado de Capitais e o respeito aos funcionários do Banco Central que jamais haviam compactuado com as irregularidades que vinham sendo cometidas desde 1971.

Foi este o quadro encontrado no DEFIM — Departamento de Fiscalização do Mercado de Capitais:

• Dezenas de processos administrativos, contra Instituições Financeiras e seus dirigentes, "arquivados", sem decisão final e acumulados desde 1971;

• Processos Fiscais — cobrança de IOF — com perda do direito a exigir o tributo devido, tendo em vista a ocorrência do prazo prescricional de "5 anos", uma vez que não foram formalizadas, na época devida, as respectivas notificações;

• Não se punia as instituições faltosas e irregulares e adotava-se, em regra, para as intervenções as conhecidas "soluções de mercado", que enriqueciam cada vez mais, em vez de penalizar, os que haviam lesado os investidores, pois, durante as "intervenções" eram acertadas as transações denominadas "solução de mercado". Algumas com a participação dos próprios donos da instituição lesadora e sob intervenção. Outras, em detrimento dos interesses dos responsáveis pela Empresa, pela venda do patrimônio, algumas sem licitação, e, principalmente, de cartas-patente.

Mercele relevo a punição pelo DEFIM ao Sr. Maurício Cibulares — outrora considerado o melhor agenciador das famosas "soluções de mercado". Referido senhor, quando Diretor de uma Corretora, fora indicado como responsável pelo desvio de fundos federais, sob guarda da dita Corretora. Tal fato ocorreu em 1970 e se arrastava, dentro da DIMEC, sem julgamento. O pro-

cesso foi retomado pelo Sr. Altino e pelo Diretor Kleber e, após exame pelos setores técnicos do Banco Central, foram-lhes aplicadas as sanções cabíveis.

— Número das sanções aplicadas às Instituições e Dirigentes que atuavam e atuam no Mercado de Capitais, durante a gestão do Diretor Kleber na DIMEC e do Sr. Altino no DEFIM:

- Advertências: 93 (noventa e três);
- Multas: 95 (noventa e cinco);
- Inabilitação Temporária: 14 (quatorze);
- Inabilitação Permanente: 29 (vinte e nove).

— Cabe ainda destacar:

Em julho de 1984, quando o DEFIM estava em plena ação fiscalizadora junto a uma Corretora de São Paulo, que estava a vender títulos que não possuía — evidente crime de estelionato, teve a sua ação interrompida pois, naquele momento, estavam sendo designados "novos" dirigentes para a área do mercado de capitais do Banco Central.

Porém, os "novos" eram antigos responsáveis pelos desmandos ocorridos e que trouxeram o Banco Central e o Governo Federal às manchetes de jornais e demais meios de comunicação. Tudo volta como antes. A Corretora, que inclusive já havia confessado por escrito o crime praticado, não foi aplicada qualquer penalidade e, "por milagre", saiu de uma posição insignificante, para ocupar, hoje, a 2ª posição em volume de recursos transacionados em Bolsa de Valores.

— Merece também ser relatada a seguinte ocorrência na esfera tributária:

Logo após assumir, o Sr. Altino Cunha, em entendimento com a Secretaria da Receita Federal, decidiu que o Banco Central, ao apurar a existência de indícios de fraude na área do Imposto de Renda, comunicaria, sem consultar Brasília, às dependências regionais da Receita referidas irregularidades. Tal sistemática propiciou a apuração de inúmeras fraudes fiscais com as respectivas notificações.

A primeira medida tomada, neste campo, pela "nova" administração, a partir de julho de 1984, foi suspender tal prática, acarretando, em consequência, graves prejuízos à apuração dos débitos fiscais.

Informações Complementares

— Os Srs. José Roberto Silva e Antonio Marsillac de Oliveira, desde o período em que foram Assessores do ex-Diretor De Boni — afastado por corrupção — passaram a ser os principais articuladores e responsáveis por ações inescrupulosas vinculadas às liquidações de grupos financeiros, tais como: Credence, Mineiro do Oeste, Cia. Brasileira, de Roupas, Audi, Áurea, Ipiranga, Nacional Brasileiro, Halle, Decred, Corretora Laureano, Banco Residência, etc. Inclusive, fizeram desaparecer o Relatório da Comissão de Inquerito sobre o Grupo Ipiranga e que, segundo consta, incriminava o ex-Diretor Wey, a quem são muito vinculados. Nesta ação teve participação especial o advogado do BC Afonso Assad Delgado, ex-assessor do Sr. Wey, hoje Consultor Especial do Diretor da Dimec, Sr. Iran Siqueira Lima.

— Os demais membros da "lista dos doze", excluindo o Sr. Dely Borges — considerado "elemento estranho ao grupo", são eminentemente vinculados aos Srs. De Boni, Wey, Iran, José Roberto e Marsillac, tanto assim que sempre conseguiram permanecer atuando na área do Mercado de Capitais.

— Recentemente, em 28-12-84, a instituição PEBB — Corretora de Valores Ltda, com sede no Rio de Janeiro, após ter sido notificada de punição estabelecida pelo Diretor Kleber — multa equivalente a 25 MVR por prática de irregularidades incontestáveis, teve revogada, pelo atual Diretor da DIMEC, Sr. Iran, a referida punição face parecer do Sr. Francisco Flávio Sales Barbosa, atual chefe do DEFIM.

Finalizando cabe dizer que, infelizmente, fatos como estes são do conhecimento dos dirigentes do mercado de capitais no país que, vendo voltar a impunidade e a permissividade, sentem-se estimulados à prática de atos irregulares, principalmente a de especular o sistema financeiro e fraudar o fisco federal.

Em janeiro/1985.

February 27, 1984.
Dr. Akihiro Ikeda
Economic Advisor
Ministério de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 7º Andar
70063 Brasília, DF, Brazil

Dear Dr. Ikeda:

Enclosed is a retyped version of the aide memoire, reflecting your comments and those of Drs. Teófilo, João and Carlos Viacava. Dr. Mailson said he had no major problems but we will talk again next week.

Dr. Viacava finally convinced me that talk of export taxes, etc. is counterproductive and risky. There certainly is no intention of creating any new *confisco cambial* and budgeting and trading under the "band" system may just not be workable. So, as you see in the aide memoire, we are now all talking about a pilot program in free trade. He was also very articulate on the subject of the constraints which should be placed on CACEX and its sister agencies which is also reflected in the aide memoire.

On a different subject, I recognize the awkwardness in specifying a work program in banking reform. We are all aware that this is an entirely Brazilian initiative — our only involvement is to encourage and support a difficult and admirable initiative that, as you know, substantially preceded the Bank's interest. However, it is somewhat difficult to explain it without describing the steps involved and the Government's timetable. I hope you might communicate this to your colleagues so we may soon be able to discuss it more precisely. (Soon — as in a telephone conversation in the next weeks, to help prepare our paper for senior management.)

On the agricultural services work, there still seems to be some confusion. One suggested candidate to prepare these proposals was Eugenio Stefanelli, former Agricultural Secretary in Paraná — if you can persuade CFP to release him for a while to work on this. I am waiting to hear from Dr. Tollini. I hope you are following up on your promise to meet with IBGE on *previsão da safra*.

I would be grateful if your office could distribute copies of the Aide Memoire to: Drs. João Batista, Mailson, Teófilo, Denis, Villela, Viacava, Dalari (who owes us several proposals), Pastore and/or Miranda, Gilherme Dias, Ambassador Botafogo and anyone else you think appropriate.

We are planning to return to Brazil, *ceteris paribus*, March 19. Hope all the work will be ready.

Please accept my thanks and appreciation for all of your help, advice, analysis, hard work and time. Somehow this should all come together.

Best regards, — Barbara Insel.

AIDE MEMOIRE

Discussions on Agricultural Policy and Sector Loans II/III

1. In discussions among the World Bank and Brazilian teams working on agricultural and credit policy, the following was agreed, regarding the policy issues, preparation and lending arrangements for the proposed second and third World Bank agricultural sector loans. Part one of this paper discusses the three principal sets of policy issues involved in this package:

- Agricultural Commercial Policy;
- Banking Reform; and
- Rural Credit Reform.

Part Two reviews the issues involved in the structuring of the proposed lending operations and Part Three summarizes the proposals and decisions expected in the next phase of work.

PART ONE: POLICY ISSUES

1. Agricultural Commercial Policy

2. Approach. The new approach for agricultural commercial policy would link domestic and international prices, minimizing government intervention in agricultural markets. Remaining interventions would be fiscal (tariffs) rather than quantitative or direct price controls, and would be restrained by strict guidelines tied to international price movements, providing greater predictability in intervention and consistency in the standards applied among crops.

3. The guidelines under discussion for intervention would hold domestic prices of the relevant crops within a pre-established range related to mean import or export parity prices. Imports or exports would be taxed or supported whenever domestic prices move outside the acceptable range. Government trading operations, including the costs and revenues of such a system, would be an explicit category and entirely budgeted, in the fiscal budget, beginning with the 1985 fiscal budget. In principle, the system would be self-financing over the medium term.

4. The principal controversy in these guidelines is the risk of further extending and institutionalizing the practice of *confisco cambial*, and its multiple and concomitant distortions and controls, to the export of grains and cotton. The disincentives and complication inherent in such a system argue persuasively against the adoption of systematized export taxes as part of these reforms. As a lower limit, however, it is agreed that considerations of international prices in the formulation of a minimum price, to the extent possible within the law, seems essential, with a system of import taxes when international prices fall below this level, to prevent "dumping".

5. Application. Simulations are presently being undertaken on the implications of applying the proposed system to soybeans, maize and cotton. A ministerial decision is expected by March 1 on application of the system to soybeans and by March 15 on its applications to maize and cotton. The Bank considers the inclusion of maize in this system this year critically important — it is perhaps the key crop needing these reforms, which would be extremely important to 1984 production.

6. Given recent price patterns in these crops, application of the system this year to these crops would represent essentially a one-year experiment in free trade, in which the formalization of any "band system" would be irrelevant. The new policy would be established by resolution of the Monetary Council, supported by resolutions of the Tariff Policy Commission (CPA) and CONCEX. The resolutions would set a reference price, for EGF purposes, determined for each crop based on a moving average of CIF or FOB border parity prices as appropriate. The resolutions would require the three agencies involved, CFP, CACEX and SEAP, price and trade decisions, to conform to this policy, explicitly restricting:

CACEX from applying quantitative controls or interventions;

SEAP from trying to fix prices; and
CFP from subsidizing imports or stocks.

7. The next step in the application of the new approach would be the formulation of minimum prices, beginning in May, to be announced in July. The new approach would have particular implications for sisal, castor oil, rice and wheat, as well as three March crops, corn, soy and cotton. The opportunity for the World Bank to comment on the prospective draft proposals for policy reform, first the March proposals for soy, maize, cotton and later, the minimum prices, would greatly facilitate continued progress on the preparation of the proposed sector loans.

8. Management and Monitoring. Within this framework, it remains to be decided what entity would be responsible for actually overseeing the day-to-day implementation of the system, monitoring the actions of the several agencies and ensuring their consistency with the overall system. It has been proposed that an interministerial group be established, by the above-mentioned vote of the CMN, to manage/supervise this system. This group would include the Ministry of Finance (probably represented by the Secretary General and Director of CACEX), the Ministry of Planning (probably represented by the Economic Advisor and the Secretary of SEAP) and the Ministry of Agriculture (probably represented by the Economic Advisor and the President of CFP). Private sector members may also be included. It is recommended that a monthly summary of any actions of SEAP, CACEX and CFP affecting prices and trade in these crops be prepared for the interministerial group. A

proposal for the creation and operation of this system should be available by March 15.

9. In parallel, IPLAN/IPEA would organize a system to periodically collect price and production data in the field for the affected crops, to monitor the impact of the changes on agricultural performance. Given the March 1 decisions, this system should be operational by March 15 for those crops. It would be appreciated if the World Bank could also receive copies of both types — implementation and impact — of monitoring data.

10. **Buffer Stocks.** We understand that substantial work is being done on proposals for emergency and buffer stocks management and that the low level of such stocks may inhibit the adoption of the new system for maize in March. The government has asked the Bank to consider support for the building up of the necessary stocks to permit more liberal trading policies. While the Bank has some reservations about buffer stocks, opening trade in these key crops is extremely important. To the extent that the destabilizing impact of holding such stocks, and their costs, may be constrained, the potential benefit of trade liberalization may justify consideration of such support. A proposal for such support will be raised in the Bank. Meanwhile, a plan for the development and management of these stocks is needed from SEAP and CFP by March 15.

11. **Evaluation.** The monitoring systems described above would support periodic evaluations of the system and its impact, to be prepared for the agricultural studies coordinating group (under Loan 2348-BR), the first such review to be available in draft by July 1, 1984 and quarterly thereafter. The Bank would appreciate also receiving copies of these studies. (Terms of reference for these evaluations would be discussed with the Bank.)

12. An overall evaluation of the first nine month's experience in this system and a plan for its further expansion would be drafted for discussion by December 15, 1984.

II — Banking Reform

13. **Issues.** The principal issues to which this term "banking reform" refers are:

— The separation of the Central Bank and Bank of Brazil;

— Reform and control of the Monetary Budget, and

— Reorganization of the Central Bank, to concentrate on monetary policy functions, including "spinning off" of on-lending and public debt functions.

14. These issues have been under discussion in Brazil for many years but particularly for the last year. While the principal objectives appear clearly defined, there are several different approaches to this problem and a precise timetable of actions needed to institute the reforms, in 1984, such that their implementation could begin in 1985, is still lacking. The implications of some of the reforms seems to need better definition. For example, Bank of Brazil is moving with efficiency toward separation of its accounts and freezing of the *conta de movimento*, but the implications for fiscal and monetary policy of the various possible approaches to this separation would seem to need some continuing government overview. Moreover, appropriate arrangements are needed to ensure that arrangements for future federal transfers needed to funded purely public operations, especially those of administrative nature such as AGF or the Wheat Program, are funded in a manner which may be fiscally controlled and monitored. Also, the implications of the reforms for rural credit, its volume, how it will be funded, the roles of various institutions, need attention.

15. **Action Plan.** A commitment to a precise action program for banking reform is crucial to the continued preparation of the proposed World Bank sector/credit operations (Agricultural/Industry). A determination is also needed as to the extent to which the objectives sought can be effectively achieved by administrative action and to what extent a law (Congressional action) is required. The Bank is primarily interested in those administrative actions which the Government expects to undertake in 1984 (especially the first half of 1984) to achieve banking reform objectives in the areas of: the relationship between Bank of Brazil and the Central Bank,

reform of the Monetary Budget and the role of the Central Bank. A decision is needed urgently whether the government intends to persevere in these reforms. If these reforms are to be pursued, the officials responsible for preparing and pursuing this program and discussing it with Bank need to be identified.

16. Assuming a policy decision to continue towards banking reform, an action program needs to be defined by March 15, identifying the principal enabling actions that would be in place by June and September, 1984.

III. Rural Credit

17. **Issues.** The principal objectives in rural credit reform would be:

— credit deregulation; and

— explicit fiscal coverage of any negative spread on public credits.

18. **De-regulation.** The Bank has suggested that a working group, composed of public and private banks and the Central Bank would be set up by March 1, to draft by April 1, new simplified rural credit regulations. We understand that a similar group drafted a reform proposal within the last two years. It is assumed that the review of these proposals, with a view towards their further simplification, would be the principal function of this group. Priority in this process should be given to the substantial unification of credit lines within the investment, *custeio* and marketing categories and making these operations more operationally efficient transactions. (We understand that Dr. Kleber is preparing a proposal for CMN vote within February which would seem to achieve these objectives without another working group. Creation of a new group would, therefore, await review of these proposals.)

19. **Subsidies.** It is proposed that as of the August 1984 preparation of the 1985 budget all remaining rural credit subsidies (defined as the difference between the cost of public debt the on-lending rate) would be included in the fiscal budget. (Note: In negotiations between the Government and Bank in September, it was agreed that the fiscal budget to be presented in August 1984, should include the differential cost of subsidies for the MINTER special programs, the general Northeast and the drought area. The list of drought-affected municipios would also be reviewed.)

20. **Plans.** It is suggested that a meeting be arranged for the week of March 26 among the Central Bank, Ministry of Agriculture, Association of Banks, Bank of Brazil and Ministry of Finance to review rural credit regulations and to discuss new financing arrangements for rural credit and the respective roles of these groups/entities.

21. **Credit Obligations.** Finally, we understand that obligatory portfolio requirements for commercial bank rural credit operations would be reduced by July 1985, unless reserve requirements can be adjusted or restructured in the period. The Bank strongly encouraged and supports such proposals.

IV. Agricultural Services

22. Certain basic agricultural services and data systems need substantial improvement if the new approaches to pricing are to be effective in strengthening agricultural marketing and policy instruments.

23. The first and most critical of these items is the crop forecasting system (*previsão da safra*), currently produced by IBGE and much revised by other agencies, particularly CFP. Dr. Ikeda will request IBGE to prepare a proposal to improve this system, in terms of both methodology and organization. This would be coordinated with the work INPE/Rio is doing for Bank of Brazil and with the needs and proposals of the Ministry of Agriculture. The Bank will ask for help for a consultant/specialist on crop forecasting methodology from USDA. Bank of Brazil will pay the local costs of this work and the foreign costs would be financed under Loan 2348-BR. A complete proposal is needed by March 30.

24. The second set of services needing improvements are:

- crop grading and classification;
- market price information; and
- storage regulation.

Dr. Tolline, MA, will prepare a proposal for improvements in these services, with the help of a Brazilian consultant experienced in these areas, and a consultant who may be requested from USDA by the Bank. Dr. Tolline and the Brazilian consultant may briefly visit the United States in February to see the field operation and organization of these services. This preparation and travel would be financed under Loan 2348-BR. A draft proposal will be available for discussion on or about March 15.

V. Agricultural Planning

25. Working groups will be established by MA and IPLAN, under IPLAN coordination, to prepare "diagnósticos" (evaluation of performance, identification of problems and recommendations for the future) for the major agriculture production programs/instruments. The purpose of these studies is to provide support for preparation of the agricultural section of the next National Development Plan, to be prepared in 1985, as well as to provide guidelines for the strengthening of the principal agricultural development instruments and formulation of an effective sectoral strategy. The areas to be studied would be:

- Forestry
- Fish
- Land Reclamation (Varzeas)
- Irrigation
- Soil Conservation
- Extension
- Research
- Livestock

MINTER and the Ministry of Industry and Commerce may be asked to participate in the reviews of those areas in which they have substantial involvement. World Bank staff may also participate in those areas in which there has been substantial involvement or interest. Any incremental costs for this effort would be financed under Loan 2348-BR. A proposal for this work is expected from IPLAN by March 15. The groups are expected to work full-time on these tasks, to be organized by April 1 and complete their reports by August 15. A first progress review would be held with the Bank and the Studies Coordinating Committee in May, 1984.

PART TWO: STRUCTURING THE LENDING OPERATIONS

26. The three principal components of the proposed Bank loans are likely to be:

- rural investment credit;
- agricultural marketing credits/trade reserve fund; and
- improved agricultural services.

I. Investment Credit

27. There seem to be three alternatives to financing rural investment credit without perpetuating the existing on-lending system while remaining within monetary targets. These include:

- (a) an operation directly with Bank of Brazil, guaranteed by the union;
- (b) a loan to a syndicate of banks, public or private or both, and
- (c) the Agricultural Development Fund described in the Bank's paper of January 1984.

The problems and issues in these alternatives include:

- (a) The only way an operation directly with Bank of Brazil in 1984 would not violate monetary targets is if Bank of Brazil were clearly no longer able to draw on monetary creation for its contributions (effective separation from the Central Bank or formally ceasing to be Monetary Authority).

(b) In a syndicated loan, some arrangement would be needed to protect the intermediary from the exchange risk which could not be passed on.

- (c) Any differential between the cost of Bank funds and the final on-lending rate would have to be publicly

supported (an interest equalization scheme?) unless on-lending rates would be allowed to rise to this level, plus a spread, implying final rates of monetary correction plus perhaps 15%/16%, a rate at which, in this recession, credit demand would be extremely limited.

(d) If the loan is a direct loan to the banks, private banking operations would be dependent on the institution of policy reforms beyond the control of these institutions.

(e) It may be premature to propose an ADF before the implementation of a Treasury system and during a governmental transition — and in the apparent absence of any 1984 counterpart.

There seems to be a strong consensus to continue, in some form, PRO-INVEST, which apparently is considered a great success by both banks and beneficiaries, if it can be isolated from the monetary controls which have already threatened to undermine the entire program this month. If some savings flows can be re-allocated to rural investment, as being discussed, in the last half of 1984 within the monetary ceilings, continuation of PRO-INVEST may be possible. Otherwise, a way will have to be found to operate the program without intervention of either of the monetary authorities. A loan allocation of about US\$ 200 million, providing 50% reimbursement of counterpart, would appear reasonable, depending on availability of counterpart, either public or private. There seems to be little doubt that there would be substantial demand for these funds, and for substantially larger amounts of resources if they were available.

II. Agricultural Marketing Credits/Agricultural Trade Fund

28. Proposals are under discussion for the creation of a domestic credit line for agricultural trade, for which credit has been extremely scarce for several years, and which has weakened domestic markets and put a great deal of pressure on the EGF system. Secondly, the Government has noted that the scarcity of foreign exchange to finance possible imports has inhibited the opening of trade channels during exchange crises such as the present. Lacking foreign exchange, imports have been prohibited, inflating domestic prices. The Bank has been asked to provide support, in the form of an agricultural trade fund, to help ease these constraints and provide credibility to the proposed commitment to import when necessary and reasonable to do so. Finally, the Bank's help has also been sought to finance basic buffer and emergency stocks which the Government believes are essential to maintain agricultural markets, as discussed above. (In principal, this financing would come through the Trade Fund.) Draft proposals for each of these elements are expected from SEAP and CACEX, by March 15. Rough estimates suggest a US\$ 200 million foreign exchange requirement for the trade fund, with US\$ 100 million for a commercial credit revolving credit line.

Agricultural Services

29. This component awaits the proposals being prepared for march 15 and 30 (paras 23 and 24).

PART THREE: NEXT STEPS

I — Proposals

30. As discussed above, draft proposals for the following elements are expected by the dates below:

March 1

Simplified Rural Credit Regulations (Dr. Kleber/BA-CEN)

March 15

Commercial system for soy, cotton and maize and operational and management arrangements (Agricultural Policy Working Group)

Requirements for and operation of Trade Fund and Commercial Credit Line (SEAP and CACEX)

Impact (Price/Production) monitoring system for new commercial system (IPLAN)

Improvements in Agricultural Services (Dr. Tolline/-MA)

Plan for Diagnostic of Agricultural Production Programs (IPLAN/MA)

March 31

Improvements in Crop Forecasting System (Dr. Ikeda /IBGE with INPE and MA)

Decisions

31. Policy Decisions are needed on the following items:

- Application of the New Pricing Systems to soya (expected march 1)
- Application of the New System to Maize and Cotton (expected march 15, 1984)
- Management Responsibility for the New System (expected March 15, 1984)
- If the banking reform proposals are to be pursued, who in the government should be responsible for preparing and action plan and serve as the Bank's interlocutor on the subject (expected march 15)
- Working group formed on Rural Credit Deregulation (expected march 1 — tentative)
- Fiscal Budget Coverage of Interest Differential between Rural Credits and Public Debt instruments (expected march 15)
- Reduction in reserve or obligatory portfolio requirements (expected)

Proposed Bank Mission

32. Subject to review of these proposals in the Bank, expected in early march, the next Bank mission is expected to begin march 19 or march 26, to fully define the elements of the proposed package. With mutual agreement on most basic issues, it is hoped that Board approval of the first part of this package could be requested by July 1984.

February 20, 1984 - Brasília

Brasília, 27 de fevereiro de 1984.

Prezado Dr. Ikeda.

Em anexo uma versão redatilografada da memória, registrando seus comentários e aqueles dos Drs. Teófilo, João e Carlos Viacava. O Dr. Mailson disse que não tem maiores problemas mas nós voltaremos a falar na próxima semana.

O Dr. Viacava finalmente convenceu-me que falar sobre taxas de exportação, etc. é também contraprodutivo e arriscado. Certamente não há intenção de criar novo "confisco cambial" e orçar e comerciar sob o sistema "band" talvez não seja viável. Então, como você nota na memória, nós estamos falando sobre um programa piloto em livre comércio. Ele estava também muito convicto a respeito das restrições que deverão ser colocadas sobre a CACEX e suas agências, o que também está registrado na memória.

Reconheço a incapacidade de especificar um programa de trabalho para a reforma bancária. Todos nós estamos cientes que este é um assunto inteiramente brasileiro — nosso envolvimento é somente para estimular e apoiar uma iniciativa difícil e admirável que, como você sabe, substancialmente precece ao interesse do Banco. Todavia, existe alguma dificuldade para explicá-la sem descrever os passos envolvidos e o cronograma do governo. Espero que você possa comunicar isto a seus colegas, de modo que em breve sejamos capazes de discuti-la mais precisamente (Logo — nas conversações telefônicas das próximas semanas, para ajudar a preparar nosso "paper" para o Gerente Senior).

Sobre o trabalho acerca das estatísticas de agricultura, parece existir ainda alguma confusão. Um candidato sugerido para preparar essas propostas seria Eugenio Stefanelli, ex-secretário da Agricultura do Paraná — se você puder persuadir a CEP a cedê-lo por algum tempo para trabalhar nisto. Estou esperando notícias do Dr. Tolline. Espero que você continue se reunindo com o IBGE sobre "previsão da safra", como prometeu.

Agradeceria se você pudesse distribuir cópia desta memória para: Drs. João Batista, Mailson, Teófilo, Denis, Villela, Viacava, Dallari (que nos deve diversas proposi-

tas), Pastore e/ou Miranda, Guilherme Dias, Embaixador Botafogo e qualquer outro que julgue apropriado.

Estamos planejando retornar ao Brasil, Ceteris Paribus, no dia 19 de março. Espero que todos os trabalhos estejam prontos.

Por favor aceite meus agradecimentos e reconhecimento por toda a sua ajuda, opinião, análises, o trabalho duro e o tempo despendido. De certo modo isto tudo deverá se juntar.

Saudações, — Barbara Insel.

AIDE - MEMORIE

Discussões sobre Política Agrícola e Setores de Empreendimentos II/III

1. Nas discussões entre o Banco Mundial e equipes brasileiras a respeito da Política Agrícola e de Crédito, houve concordância no seguinte, com respeito aos arranjos para os setores de empréstimos agrícolas 2^a e 3^a propostas pelo Banco Mundial. A 1^a parte "paper" discute os 3 principais conjuntos de soluções políticas envolvidos nesse pacote:

- Política Comercial Agrícola;
- Reforma Bancária; e
- Reforma do Crédito Rural.

A 2^a parte passa em revista as soluções implicadas nas operações de empréstimos propostas e a 3^a parte sumariza as propostas e decisões esperadas na próxima fase do trabalho.

PARTE UM: ASSUNTOS DE POLÍTICA AGRÁRIA E REFORMA BANCÁRIA

1. Política Comercial Agrícola

2. Abordagem. A Nova abordagem para a Política Comercial Agrícola deve ligar os preços domésticos e internacionais minimizando a intervenção do governo nos mercados agrícolas. As intervenções remanescentes devem ser fiscais (tarifas) e não quantitativas ou de controle direto dos preços, e devem se restringir aos estritos limites dos movimentos internacionais de preços, proporcionando maior previsibilidade na intervenção e consistência nos padrões aplicados entre safras.

3. Os limites sob discussão para intervenção devem conter os preços domésticos das colheitas principais dentro de um intervalo pré-estabelecido, relacionado com os preços médios de paridade de importação ou exportação. Importações ou exportações devem ser taxadas/subsidiadas se os preços domésticos se moverem para fora do intervalo aceitável. As operações de comércio governamentais, incluindo os custos e as receitas de tal sistema, devem ser uma categoria orçamentada explícita e inteiramente no orçamento fiscal, a se iniciar no ano fiscal de 1985. Em princípio o sistema a médio prazo deve ser autofinanceável.

4. A controvérsia principal sobre esses limites é o risco de estender ainda mais e institucionalizar a prática do confisco cambial e seus múltiplos e concomitantes distorções e controle, à exportação de grãos e algodão. Os desincentivos e complicações inerentes em tal sistema são argumentos persuasivos contra a adoção de taxas de exportação sistematizadas como parte dessas reformas. Como limite inferior, contudo, concorda-se que as considerações dos preços internacionais na formulação de um preço mínimo, nos limites legais possíveis, parece ser essencial, com um sistema de taxas de importação quando os preços internacionais caírem abaixo desse nível, para impedir o "dumping".

5. Aplicação. Estão sendo atualmente realizadas simulações sobre a aplicação do sistema proposto à soja, milho e algodão. Uma decisão ministerial é esperada por volta de 1º de março sobre a aplicação do sistema à soja e para 15 de março sobre suas aplicações ao milho e algodão. O Banco considera a inclusão do milho nesse sistema neste ano criticamente importante — é talvez a chave que necessita essas reformas o que seria extremamente importante para a produção de 1984.

6. Dados os padrões recentes de preços nessas colheitas, a aplicação do sistema, neste ano, a essas colheitas representaria essencialmente um experimento de um ano no livre comércio, no qual a formalização de qual-

quer "band sistem" seria irrelevante. Nova política deve ser estabelecida através de resolução do Conselho Monetário Nacional, suportada por resoluções da Comissão (C.P.A.) e CONCEX. As resoluções devem estabelecer um preço de referência, para finalidade de EGF, determinado para cada colheita, baseado numa média móvel de preços de paridade CIF ou "FOB border" como for mais apropriado. As resoluções devem requerer das 3 agências envolvidas, CFP, CACEX e SEAP, decisões de preços e comercialização, conforme a esta política, restringindo explicitamente:

- CACEX de aplicar controle ou intervenção quantitativa;
- SEAP de tentar fixar preços; e
- CFP de subsidiar importações ou estoques.

7. O próximo passo na aplicação da nova abordagem deve ser a formulação de preços mínimos, iniciando-se em maio e a ser anunciado em julho. A nova abordagem deve ter implicações particulares para sisal, óleo lubrificante, arroz e trigo, como também as 3 colheitas de março: milho, soja e algodão. A oportunidade para o Banco Mundial comentar as propostas prospectivas minutadas para reforma política, primeiramente à proposta de março para soja, milho e algodão e, mais tarde para os preços mínimos, facilitaria grandemente o progresso continuado na preparação dos empréstimos setoriais propostos.

8. **Management e Monitoring.** Dentro deste quadro, fica para ser decidido que entidade deve ser responsável pelo acompanhamento no dia a dia da implementação desse sistema, monitorando as ações das diversas agências e assegurando a consistência com o sistema global. Tem sido proposto que um grupo ministerial seja estabelecido, pelo já mencionado voto do CMN, para gerir/supervisionar esse sistema. Esse grupo incluiria Ministério da Fazenda (provavelmente representado pelo Secretário Geral e pelo Director da CACEX), o Ministério do Planejamento (provavelmente representado pelo Assessor Econômico e o Secretário da SEAP) e Ministério da Agricultura (provavelmente representado pelo Assessor Econômico e pelo Presidente da CFP). Membros dos setores privados também podem ser incluídos. Recomenda-se que um sumário de quaisquer ações do SEAP, CACEX e CFP que afetem os preços e a comercialização dessas colheitas seja preparado para esse Grupo interministerial. Uma proposta para criação e operação desse sistema deve estar disponível por volta de 15 de março.

9. Em paralelo, IPLAN/IPEA organizaria um sistema para periodicamente coletar dados de preços e produção no campo para colheitas envolvidas, para monitorar os impactos das mudanças sobre a performance agrícola. Dadas as decisões de 1º de março, esse sistema deverá ser operacional por volta de 15 de março para essas colheitas. O Banco Mundial apreciaria se também pudesse receber de ambos os tipos de dados colhidos — implementação e impacto.

10. **Estoques Reguladores.** Entendemos que um trabalho substancial está sendo feito sobre as propostas de gerenciamento de estoques de emergência e reguladores que o baixo nível de tais estoques podem inibir a adoção do novo sistema para o milho, em março. O Governo pediu ao Banco que considerasse a possibilidade de apoio para a criação dos estoques necessários a fim de permitir políticas de comercialização mais liberais. Embora o Banco Mundial tenha algumas reservas sobre estoques reguladores, a abertura do comércio nessas colheitas chaves é extremamente importante. Na medida em que o impacto desestabilizador da retenção de tais estoque e de seus custos possa ser contido, o benefício potencial da liberalização do comércio pode justificar a consideração de tal apoio. Proposta para esse apoio será levantada no Banco. Nesse interim, um plano para gerenciar e desenvolver esses estoques é necessário que seja criado pela SEAP e CFP até 15 de março.

11. **Avaliação.** O sistema de monitoração descrito acima deve permitir avaliações periódicas do sistema e de seu impacto, avaliações a serem preparadas para o Grupo de Coordenação de Estudos Agrícolas (sob o Empréstimo 2348-BR); a 1º de tal revisão deve estar disponível, em minuta, por volta de 1º de julho de 1984 e de qua-

tro em quatro meses daí por diante. O Banco também apreciaria receber cópias desses estudos. (Termos de referência para essas avaliações devem ser discutidos com o Banco.)

12. Uma avaliação global dos primeiros 9 meses de experiência nesse sistema e um plano para sua expansão deverão estar minutados para discussão por volta de 15 de dezembro de 1984.

II. Reforma Bancária

13. **Assuntos.** Os principais temas aos quais o termo "Reforma Bancária" se refere são:

— A separação do Banco Central do Banco do Brasil;

— Reforma e controle do Orçamento Monetário; e

— Reorganização do Banco Central, para se concentrar em funções de política monetária, incluindo "spinning off" de "on-lending" e funções de dívidas públicas.

14. Esses temas tem estado em discussão no Brasil há muitos anos, mas particularmente no último ano. Embora os objetivos principais pareçam claramente definidos, existem várias e diferentes abordagens a esse problema, mas falta ainda um cronograma preciso de ações necessárias para instituir as reformas, em 1984, de tal forma que sua implementação pudesse se iniciar em 1985. As implicações de algumas dessas reformas parecem necessitar de uma melhor definição. Por exemplo, o Banco do Brasil está se movendo com eficiência no sentido de separação de sua contabilidade da conta de movimento, mas as implicações para as políticas fiscal e monetária das várias abordagens possíveis a essa separação, parecem necessitar de algum grau de supervisão governamental. Além disso são necessários arranjos apropriados para assegurar que futuras transferências de fundos federais às operações de interesse público, especialmente as de natureza administrativa tais com AGF ou programa do trigo, sejam estabelecidas de modo que possam ser contratadas e monitoradas fiscalmente. Também as implicações das reformas para o crédito rural, para seu volume, a origem de seus fundos e os papéis das várias instituições necessita atenção.

15. **Plano de Ação.** Um compromisso para um projeto programa de ação para reforma bancária é crucial para a preparação das operações de crédito propostas ao Banco Mundial (Agricultura/Indústria). É necessário também determinar em que medida os objetivos procurados podem ser alcançados por ação administrativa ou em que medida isso requereria uma lei (Ação Congresional). O Banco está em, primeiro lugar, mais interessado naquelas ações administrativas que o governo espera tomar em 1984 (especialmente na 1ª metade de 1984) para realizar reformas objetivas nas áreas de relação entre Banco do Brasil e Banco Central, reforma de orçamento monetário e papel do BACEN. É necessário tomar uma decisão urgente, se o Governo intenciona realizar essas reformas. Se essas reformas devem ser realizadas, os responsáveis pela preparação e continuidade desse programa e de sua discussão com o Banco precisam ser designados.

16. Presumindo-se que uma decisão de dar andamento à reforma bancária seja tomada, um programa de ação precisa ser definido até 15 de março, identificando as ações principais capazes de se realizarem por volta de junho e setembro de 1984.

III. Crédito Rural

17. **Assunto.** Os principais objetivos na reforma do crédito rural seriam:

— Desburocratização do crédito; e

— Cobertura fiscal específica de qualquer spread negativo sobre créditos públicos.

18. **Desburocratização.** O Banco sugeriu que um Grupo de Trabalho, composto de bancos privados, públicos e do BACEN, fosse criado, por volta de 1º de março, para minutar, mais ou menos em 1º de abril, novo regulamento simplificado do crédito rural. Sabemos que um grupo similar redigiu uma proposta de reforma há dois anos atrás. Presume-se que uma revisão dessas propostas, com a intenção de simplificá-las ainda mais, seria a principal função desse grupo. Nesse proces-

so deveria ser dado prioridade à unificação substancial nas linhas de crédito nas categorias Investimento, Custo e Comercialização, e também tornar essas operações mais eficientes operacionalmente. (Soubemos que o Dr. Kleber está preparando propostas para o CMN em fevereiro, a qual poderia alcançar estes objetivos sem outro GT. A criação do novo grupo, portanto, aguardaria a revisão dessas propostas.)

19. **Subsídios.** Propõem-se que na preparação, em agosto/84, do Orçamento de 1985, todos os subsídios ao crédito rural remanescentes (definidos como a diferença entre o custo do débito público e a taxa de empréstimo) deveria ser incluído no orçamento fiscal. (Nota: nas negociações entre o Governo e o Banco, em setembro, houve acordo de que o orçamento fiscal, a ser apresentado em agosto/84, deveria incluir o custo diferencial dos subsídios para os programas especiais do MINTER, o Nordeste em geral e a área da seca. A lista de municípios afetados pela seca também seria revisada.)

20. **Planos.** Sugere-se que uma reunião seja convocada para a semana de 26 de março, entre o BACEN, Ministério da Agricultura, Assessoria do Banco, Banco do Brasil e Ministério da Fazenda para rever os regulamentos do crédito rural e para discutir novos arranjos financeiros para o crédito rural e respectivos papéis desses grupos/entidades.

21. **Obrigações de Créditos.** Finalmente, entendemos que os depósitos compulsórios obrigatórios (portfolio requirements) para as operações de crédito rural dos bancos comerciais deveriam ser reduzidos por volta de julho/85, a menos que os depósitos compulsórios ("reserve requirements") possam ser ajustados ou reestruturados no período. O Banco encoraja e apóia fortemente tais propostas.

IV. Estatísticas Agrícolas

22. Algumas estatísticas de agricultura, básicas em sistemas de dados, necessitam melhoria substancial para que as novas abordagens sobre o estabelecimento dos preços sejam efetivos no fortalecimento dos instrumentos de política e comercialização agrícola.

23. O primeiro e mais crítico desses itens é o sistema de previsão de safra atualmente realizado pelo IBGE e que sofre revisão de outras agências, particularmente do CFP. Dr. Ikeda solicitará ao IBGE que prepare proposta de melhoria desse sistema, em termos de metodologia e organização. Isso deveria ser coordenado com o trabalho que o INPE/Rio está fazendo para o Banco do Brasil e com as necessidades e propostas do Ministério da Agricultura. O Banco solicitará ajuda de um especialista/consultor sob metodologia de previsão de safras do USDA. O Banco do Brasil pagará os custos locais desse trabalho e os custos no exterior serão financiados sob o Empréstimo 2348-BR. Uma proposta completa precisa ser apresentada por volta de 30 de março.

24. O segundo conjunto de estatísticas que necessita de melhoria é:

- classificação e graduação da colheita;
- informação sobre os preços do mercado; e
- estoques reguladores.

Dr. Tolline, MA, preparará uma proposta para melhoria dessa estatística, com auxílio de um consultor brasileiro experiente nessas áreas, e um consultor do USDA que pode ser requisitado pelo Banco. Dr. Tolline e o consultor brasileiro podem visitar rapidamente os Estados Unidos em fevereiro, para a organização e operação no campo desse serviço. Essa preparação e viagem seriam financiadas sob o Empréstimo 2348-BR. Uma proposta estará disponível para discussão em ou cerca de 15 de março.

V. Planejamento Agrícola

25. Grupos de trabalhos serão estabelecidos pelo MA e IPLAN, sob coordenação do segundo, para preparar diagnósticos (avaliação da performance, identificação de problemas e recomendação para o futuro) para os principais programas/instrumentos de produção agrícola. O propósito desses grupos é o de dar suporte tanto para preparação da seção agrícola do próximo Plano Nacional de Desenvolvimento, a ser preparado em 1985, quanto o de proporcionar linhas de fortalecimento dos

principais instrumentos de desenvolvimento agrícola e de formulação de uma estratégia setorial efetiva. As áreas a serem estudadas serão:

- Reflorestamento
- Pesca
- Assentamento de terras (várzeas)
- Irrigação
- Conservação do solo
- Extensão agrícola
- Pesquisa
- Pecuária

O MINTER e o MIC podem ser solicitados a participar na revisão daquelas áreas nas quais tenham envolvimento ou interesse substancial. Quaisquer custas adicionais para esse esforço devem ser financiados pelo Empréstimo 2348-BR. A proposta desse trabalho é esperado do IPLAN por volta de 15 de março. Os grupos esperam trabalhar em tempo integral nessas tarefas, a serem organizadas por volta de 1º de abril, e completados seus relatórios ao redor de 15 de agosto. A primeira revisão do progresso realizado será efetuada com o Banco e o Comitê Coordenador dos estudos em maio de 1984.

PARTE DOIS: ESTRUTURAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

26. Os três componentes principais dos empréstimos propostos pelo Banco devem ser aproximadamente os seguintes:

- Crédito e Investimento rural;
- Crédito de Comercialização Agrícola / Fundo de Reserva de Comércio; e
- Melhoria das Estatísticas Agrícolas.

I. Crédito de Investimento

27. Parecem haver três alternativas para financiamento de crédito e investimento rural sem perpetuar o atual sistema de empréstimos, ao mesmo tempo em que mantendo-se dentro dos alvos monetários, incluem:

- a) operação direta com o Banco do Brasil, garantida pela União;
- b) o empréstimo para um sindicato de bancos, públicos ou privados ou ambos; e
- c) o Fundo de Desenvolvimento Agrícola descrito no paper do Banco, de janeiro de 1984.

Os problemas e temas nessas alternativas incluem:

a) única maneira pela qual uma operação direta com o Banco do Brasil em 1984 não viole os alvos monetários é se as suas contribuições, claramente, não fossem mais consideradas como criação monetária (separação efetiva do BACEN ou deixar de ser, formalmente, autoridade monetária);

b) no empréstimo ao sindicato de bancos deve ser feito algum arranjo para proteger o intermediário do risco que não pudesse ser repassado;

c) qualquer diferença entre o custo dos fundos do Banco e a taxa final de empréstimo deve ser suportada publicamente (um esquema de equalização de juros?) a menos que se permitisse às taxas de empréstimos que subissem a esse nível, mais um spread, implicando taxas finais de correção monetária mais, talvez, 15%/16%, taxa à qual, nesta recessão, a demanda de crédito seria extremamente limitada;

d) se o empresário for direto aos bancos, as operações dos bancos privados dependeriam da instituição de reformas que estão além do controle dessas instituições;

e) pode ser prematuro propor um ADF antes da implementação de um sistema do Tesouro (Treasury system) e durante uma transição governamental — e na ausência aparente de contraparte em 1984.

Parece haver um forte consenso em continuar, de alguma forma, o PROINVEST, que aparentemente é considerado um grande sucesso tanto pelos bancos quanto pelos beneficiários, se ele pudesse ser isolado dos controles monetários que já ameaçaram solapar todo o programa este mês. Se alguns fluxos de poupanças puderem ser realocados ao investimento rural, como tem sido discutido, a continuação do PROINVEST pode ser possível na última metade de 1984, dentro dos tetos monetários. Se não for assim, deverá se encontrar uma maneira para operar o programa sem a intervenção de quaisquer das autorizações monetárias.

Alocação de empréstimo de cerca de US\$ 200 milhões desde que haja contraparte de reembolso de 50%, parece ser razoável, dependendo da disponibilidade da contraparte, pública ou privada. Parece haver pouca dúvida que deve ocorrer uma substancial demanda por esses fundos, e por volumes de recursos substancialmente maiores, se eles forem disponíveis.

II. Crédito da Comercialização Agrícola / Fundo de Comércio Agrícola

28. Estão sob discussão proposta para, criação de uma linha de crédito doméstico para comercialização agrícola, para a qual o crédito tem sido escasso há vários anos, o que enfraqueceu o mercado doméstico e pressionou grandemente o sistema EGF. Em segundo lugar, o governo notou que a escassez de recursos externos para financiar possíveis importações tem inibido a abertura de canais de comércio durante crises cambiais tais como a atual. Na falta de recursos externos as importações têm sido proibidas, inflacionando os preços domésticos. O Banco tem sido solicitado a dar apoio, sob a forma do Fundo de Comercialização Agrícola, para ajudar a aliviar estas limitações e propiciar credibilidade à intenção de importar quanto necessário e razoável. Finalmente, o auxílio do Banco também tem sido procurado para financiar estoques básicos reguladores e de emergência, os quais o Governo acredita sejam essenciais para manter o mercado agrícola, como já foi discutido. (No principal, esse financiamento viria através do Fundo de Comercialização.) Propostas para cada um desses elementos são esperadas do SEAP e da CACEX por volta de 15 de março. Estimativas grosseiras sugerem uma necessidade de US\$ 200 milhões em divisas estrangeiras para o Fundo de Comercialização, com US\$ 100 milhões para uma linha de crédito comercial rotativo.

29. Estatísticas Agrícolas

Este componente aguarda as propostas a serem preparadas entre 15 e 30 de março (parágrafo 23 e 24).

PARTE TRÊS: PRÓXIMOS PASSOS

Propostas

30. Como discutido antes, as propostas para os seguintes elementos são esperadas nas datas assinaladas:

1º de março

Regulamentação simplificada do Crédito Rural (Dr. Kleber/BACEN)

15 de março

Sistema comercial para soja, algodão e milho e arranjos operacionais e gerenciais (Grupo de Trabalho de Política Agrícola). Definições das necessidades e modo de operação do Fundo de Comercialização e Linha de Crédito Comercial (SEAP E CACEX). Sistema de monitoração do impacto (Preço/Produção) do novo sistema Comercial (IPLAN). Melhores estatísticas agrícolas (Dr. Toline/MA).

31 de março

Melhorias no sistema de previsão de safras (Dr. Ikeda/IBGE, com INPE e MA).

Decisões

31. Decisões sobre as políticas a seguir, são necessárias sobre os itens seguintes:

- aplicação do Novo Sistema de Preços para a soja (esperado para 1º de março);
- aplicação do Novo Sistema para o milho e o algodão (esperado para 15 de março);
- responsabilidade pelo gerenciamento do Novo Sistema (esperado para 15 de março de 1984);
- se as propostas de reforma bancária devem ser continuadas, quem no governo deverá ser responsável pela preparação de um plano de ação e servir como interlocutor do Banco sobre esse assunto (esperado para 15 de março de 1984);
- grupo de trabalho formado para desburocratização do crédito rural (esperado para 1º de março — tentativa);

- cobertura no orçamento fiscal da taxa diferencial entre os créditos rurais e os instrumentos de dívida pública (esperado para 15-3-84);
- redução das reservas ou de depósitos compulsórios — *obligatory portfolio requirements* — (esperado para).

Missão do Banco Proposta

32. Sujeito à revisão dessas propostas pelo Banco, esperada para o início de março, espera-se que a próxima missão do Banco se inicie em 19 ou 26 de março para definir totalmente os elementos do pacote proposto. Dado um acordo mútuo sobre a maior parte dos sistemas básicos espera-se que a aprovação da Diretoria para a 1ª parte desse pacote possa ser solicitada por volta de julho de 1984.

Brasília, 20 de fevereiro de 1984

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho à tribuna para manifestar minha preocupação com os rumos que toma a comercialização da safra de soja no Rio Grande do Sul e no Brasil.

É desnecessário dizer, Sr. Presidente, que acompanho de longa data, desde o surgimento dessa cultura no Sul do País, a sua evolução, os seus programas de comercialização e todas as suas fases de produção.

E agora, Sr. Presidente, certamente está a ocorrer uma das piores fases, porque, tanto no mercado interno quanto no mercado internacional, os preços que se praticam na comercialização não atendem e não cobrem o custo da produção.

Fácil é imaginar a angústia que sofrem os produtores rio-grandenses, tendo colhido uma safra de regular para boa, vendo que o resultado dos seus esforços, que são trabalhos de uma safra inteira, os cuidados, o amanho da terra, a plantação, a defesa das plantas contra os insetos, a angústia, a preocupação com o tempo, se chove ou não chove, enfim, toda essa problemática agora se reduz em ver o produtor o resultado dos seus esforços insuficiente para pagar os gastos que fez.

E mais grave ainda, Sr. Presidente, é que não só o preço que se pratica é baixo, aquém da expectativa, aquém da real necessidade, como também não há mecanismo de comercialização, porque, por um lado, o comércio internacional não está desejoso de comprar.

Alia-se a isso o fato de que, em função das negociações que o Governo brasileiro está mantendo com os seus credores lá fora, os dólares dos adiantamentos não estão vindo para as operações. Acrescenta-se mais, que internamente a própria indústria está comercializando muito pouco em função da falta de recursos no mecanismo internacional para a comercialização da soja. E mais do que isso, o próprio governo não está alocando ainda os recursos suficientes, quer para operações de AGF, ou a própria operação de compra que se tornaria impraticável, dado o baixo preço fixado pelo Governo.

Sr. Presidente, ao lado portanto de um preço baixo, o Governo deveria exercer a prática de preço que não há, não há comercialização da safra e, enquanto não houver essa comercialização, todos os débitos que têm os produtores, junto ao sistema financeiro, estão a cada dia aumentando com as taxas de juros altíssimas que nós conhecemos e com todas as decorrências que acontecem com os contratos não cumpridos.

A própria prorrogação dos vencimentos, que é sem dúvida nenhuma a medida que se impõe, assim mesmo ela vai, pelas perspectivas que se tem — de não aumentar mais o preço da soja, e de aumentar os custos financeiros —, vai aumentar e agravar ainda mais a situação dos produtores.

Ao lado, Sr. Presidente, de tudo isso, temos de considerar que não só há um prejuízo iminente e grave para os produtores do Rio Grande do Sul, como também, certamente, se estará desestimulando fortemente uma cultura que tem sido o estio da produção primária no Sul do País, e tem sido, não só para o abastecimento interno, mas também para as divisas do País, um esforço extraordinário.

Basta ter a idéia de que, em alguns anos, a soja bateu o café em exportações; para que se tenha a importância do que representa esta cultura do Sul do País — e hoje já do Centro e de algumas outras regiões, porque se tem notícias de que não só em todo o cerrado, mas também nas regiões Norte e Nordeste — como até na Bahia — já há perspectivas de excelente produção de soja

Sr. Presidente, o que se reclama, o que se pede, o que se pondera, é uma ação mais energica do Governo na proteção aos produtores.

Há de se registrar a larga compreensão, a surpreendente compreensão dos produtores para com o Governo. Mas isso, Sr. Presidente, não inibe uma ação pronta e energica de proteção à produção nacional, que é mais do que proteger o produtor a braços com essas dificuldades, que ele só não pode resolver, como é proteger os próprios destinos do País, porque a cultura da soja não só hoje está integrada numa larga percentagem de brasileiros, como ela está, também, inserida no comércio internacional, fundamental para o nosso País, como também no consumo interno, na produção de produtos e de subprodutos que são de excepcional importância para o consumo, para o abastecimento, para a alimentação da família brasileira; basta dizer-se que da soja se extrai, hoje, cerca de 300 subprodutos, desde a proteína até o leite que ainda, infelizmente, não está sendo largamente usado como poderia ser.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

Sr. Presidente, V. Ex^e me adverte de que o meu tempo está esgotado, e eu deixo de abordar outros aspectos.

Mas eu queria que, nesta rápida intervenção, ficasse consignado aqui não só a minha preocupação, não só a minha solidariedade aos produtores brasileiros de soja, como também o meu apelo ao Governo e ao eminentíssimo Ministro da Agricultura, que se tem mostrado tão solícito no socorro aos produtores, para que implementem novas medidas que signifiquem o amparo do Governo ao produtor, que signifiquem a solidariedade do Governo com o produtor, que signifiquem esta união de produtores e Governo, sem o que não haverá de ser sustentada esta necessária cultura da soja, necessária sob todos os títulos.

Agradeço a V. Ex^e, Sr. Presidente, a tolerância. Confio em que o Governo cumpra o que prometeu nas inúmeras solenidades de que participou, inclusive do grito do campo tão decantado no Sul do País. Eu voltarei a esta matéria, se ela não tiver o encaminhamento que eu considero adequado à economia e aos produtores.

Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Caluniando e perseguindo os ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, os homens do atual Governo tentam desviar a atenção da opinião pública e dos membros da Oposição da vigilância, da fiscalização dos desmandos e da corrupção que praticam e da sua incompetência, que muito têm agravado os problemas que afligem o povo brasileiro.

Com o esgotamento do rico filão da morte do Presidente Tancredo Neves, que lhes permitiu a manipulação e exploração dos nobres sentimentos do povo brasileiro, os homens do atual Governo buscam agora a execração do ex-Ministro Delfim Netto, esquecendo-se que o povo está vendo que eles usam a mesma política seguida pelo Governo passado, embora sem o brilho, a competência e o patriotismo do maior Ministro do Planejamento que o nosso País já teve.

O povo não é tão ingênuo, como pensam os homens da pretensa Nova República. Biombos como esses que vêm usando serão desmontados pelo povo, que desmascarará todos os incompetentes e atrabilários homens do "novo" Governo, que vêm entregando o País aos banqueiros nacionais e internacionais, submetendo-se totalmente ao FMI.

Leio, para transcrição nos Anais, a nota que os ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvães publicam hoje, solidarizando-me com todos os seus termos e hipotecando todo o meu apoio aos eminentes brasileiros que a

pequena, miúda e incompetente "Nova República" tenta atingir.

Jornal de Brasília

Economia

22-5-85, Quarta-feira, 9

A NOTA

A nota de esclarecimento à opinião pública, assinada pelos ex-ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, é a seguinte.

Esclarecimento à opinião pública

"Surpreendidos e legitimamente indignados com as acusações divulgadas pela imprensa, com base em requerimento do Subprocurador da República dirigido ao Juiz da 6^a Vara Federal, os ex-ministros Antônio Delfim Netto e Ernane Galvães apressam-se em vir a público denunciar, repelir mais essa tentativa de envolvimento político de pessoas responsáveis da anterior administração.

O Banco Central do Brasil já respondeu, à sociedade, essas acusações através do criterioso trabalho de apuração de uma comissão de inquérito e da publicação de um, "livro branco" em que foram exaustivamente esclarecidos os fatos que revestiram a assistência financeira e a liquidação extrajudicial das empresas do grupo Coroa-Brastel.

No mesmo sentido esgotaram-se as apurações na área do judiciário, com a participação da Polícia Federal, encontrando-se o processo "subjudice", devidamente formado por amplos e detalhados depoimentos, inclusive de alguns altos funcionários do governo e dirigentes do Banco Central, injustamente indiciados.

O documento dado divulgação não é um documento acusatório oficial, nem tem fundamento nos autos.

Os três pontos levantados contra os ex-ministros são absolutamente inconsistentes, como sobejamente comprovados nos autos e resumido a seguir:

1) É injurioso imaginar que as mais altas autoridades do País tenham induzido à compra da Corretora Laureano. O comprador, o Sr. Assis Paim, adquiriu a Corretora para evitar que ela quebrasse, defendendo assim seus interesses particulares, representados por créditos de cerca de 300 milhões de cruzeiros. O próprio adquirente considerou a transação um bom negócio, tanto assim que, além de encampar ativo e passivo, ainda pagou ao vendedor 50 milhões de cruzeiros. E, um ano depois da compra apresentou ao Banco Central um relatório em que demonstrava alta lucratividade e o saneamento financeiro da empresa.

2) O empréstimo de 2,5 bilhões de cruzeiros efetuado mediante aprovação da Diretoria da Caixa Econômica Federal e do Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento, traduziu-se em operação de interesse para o governo, permitindo liquidar a operação de vulto no Banco do Brasil, fornecendo à Caixa garantias adequadas e reforçando as garantias do Banco Central, mediante entrega em hipoteca das fazendas da Bocaina, o patrimônio mais valioso do controlador do Grupo Coroa-Brastel.

3) Não é verdade que a assistência de liquidez no montante de 30 bilhões de cruzeiros tenha sido autorizada em reunião de 30-5-83 no Palácio do Planalto, com a presença dos ministros do Planejamento e da Fazenda e do Presidente do Banco Central. Simplesmente não houve essa reunião como se pode ver de vários depoimentos nos autos judiciais.

Por outro lado, é evidente que se tratou de operação legítima de assistência especial e de emergência, com a finalidade de assegurar a necessária defesa do mercado, e àquela época visivelmente abalada. O Banco Central sempre concedeu empréstimo dessa natureza, com base em princípios aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 374).

Agora mesmo, o governo se vê a braços com problemas idênticos, de dar cobertura especial à instituições financeiras em dificuldades, como nos casos dos bancos Sulbrasileiro e Habitasul, e que no mesmo sentido motivaram as decisões do Conselho

Monetário em sua última reunião do dia 2 de maio do corrente (Resolução nº 1.010).

Por todos esses fatos é imperioso registrar, com veemência, a falta de coerência das acusações divulgadas, precipitando conclusões que a Justiça não adotou. Visivelmente, a proposta de requerimento de autoria do Subprocurador não encontra respaldo nos autos.

As acusações portanto são absurdas. E é lamentável a forma como foram dadas à divulgação, predispondo a opinião pública a um erro de julgamento. A fiscalização dos atos dos administradores públicos não pode se transformar em veículo de ultraje à honra e à decência das pessoas, sob pena de se tornar inadimistrável a coisa pública."

Antônio Delfim Netto — Ernane Galvães.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Guerra.

O SR. PAULO GUERRA (PDS — AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As questões relativas aos Territórios federais, têm sido, indiscutivelmente, objeto da luta de todos os representantes daqueles Territórios, independentemente da sua partidária.

E notória, Sr. Presidente, a importância geopolítica, a importância de segurança nacional, das fronteiras do País, hoje, assinaladas pela figura institucionalizada do Território federal. Con quanto assinaladas, portanto, pelo aspecto institucional, desgraçadamente, após 42 anos de existência, estes Territórios não conseguiram, Sr. Presidente, trazer maior sensibilidade em termos de respostas dos Governos que têm passado.

Temos, no momento, problemas seríssimos da permanência de um Governador no Território do Amapá, cuja administração se tem caracterizado exatamente pelo desmando, pelo abuso do dinheiro público, pela corrupção e pela perseguição que ameiquinham aqueles que não têm a culpa, porque não o escolheram livremente, dentro do processo democrático, para seu governante.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aprofunda-se este problema na proporção de que, até hoje, arrasta-se a questão de definição quanto ao novo Governador para o Território. Se já nos pesa como ônus, que deve ser resgatado pela Nova República, o fato de que teremos ainda um Governador nomeado, maior é o grava-me, quando a perplexidade gera quase que desespero dos povos do Amapá e de Roraima, pois o Governo, até hoje, está a nos dever o anúncio da nomeação dos novos Governadores. Por isso, Sr. Presidente, quero nesta hora condenar o Governo, condenar o Presidente José Sarney, aos presidentes dos Partidos políticos que detêm a faculdade de discutir e encaminhar a solução destes problemas, para que se sensibilizem, para que entendam que conceitualmente os Territórios, já até no sentido pejorativo encarados como fundo de quintal do Ministério do Interior, têm um grau de paciência e têm um grau de capacidade para suportar esse tratamento ameiquinado, e um grau para suportar este desasco que tem caracterizado o Governo Federal em razão desses territórios. Portanto, nesta intervenção, quero pedir ao Senhor Presidente da República que agilize este processo, que não penalize ainda mais nossas comunidades que têm, se não pelo patriotismo, mas pelo imperativo e pela contingência, de suportar a Nova ou a Velha República, lá no setentrião da Pátria, sem perder as esperanças de que sua luta será inglória e de que teremos, no futuro, Governadores eleitos, ou pelo menos Governadores nomeados, mas que levem muito mais a sério a causa e a coisa pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Sr. Deputado Celso Barros, como Líder.

O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desde ontem venho sendo citado nominalmente pelo nobre Deputado Elquissón Soares, e a citação partida de

S. Ex^a prende-se ao fato de haver eu mudado de Partido. Ontem era Vice-Líder do PDS e hoje Vice-Líder do Partido da Frente Liberal.

Nessa questão de mudança, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, prefiro seguir aquela estudada lição de Ruy Barbosa que diz: "Só os burros não mudam de opinião". O que acontece é o seguinte: os acontecimentos mudam, as coisas mudam de aspecto, só a obstinação leva as pessoas a não mudar. Se as coisas estão certas e nós errados, por que não aceitar o que está certo e condenar o que está errado? A mudança é própria do dinamismo humano, é inerente à nossa vida, o que é condenável é o marasmo, é a estagnação, e no tocante às posições políticas o que nos parece condenável é alguém mudar de Partido mudando de idéias, mudar de liderança, mudando de convicções. Quanto à mudança a que fui submetido, por circunstâncias imperiosas a que todos os políticos são submetidos, tenho a dizer que não sinto nenhum constrangimento em ontem ter sido Vice-Líder do PDS e hoje Vice-Líder do Partido da Frente Liberal.

O nobre Deputado Elquissón Soares pode ler os Anais da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional e não encontrará em nenhum deles uma palavra minha, uma frase minha, um período que me compromete ideologicamente. O que observo, na posição do ilustre Parlamentar, é que S. Ex^a, de alguns meses para cá, sofreu um processo mimético bastante estranho; a partir do momento em que o ex-Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, foi distinguido para o exercício das funções de Ministro das Comunicações, mudou o comportamento do nobre Deputado Elquissón Soares. E sabe-se que S. Ex^a vai mudar de Partido, mostrando que ao mesmo processo a que me submeti, ele vai submeter-se, o processo de mudança.

Grande filósofo grego já dizia que não nos banhamos uma só vez na mesma água do rio, era precisamente este o processo de mudar; mudando, nós nos adaptamos, adaptando-nos, nós nos aperfeiçoamos e aperfeiçoando-nos nós nos educamos para a vida civil e para a vida política.

Daí por que a mudança do nobre Deputado Elquissón Soares me parece estranha. Quando o Código Penal vai configurar o crime em que as pessoas mudam de posições, usam artifícios, usam uma expressão típica e muito significativa, o estelionato. Os nobres colegas devem saber que o estelionato é apenas a tradução em português de uma palavra latina, *stellio stellionis*, que é o camaleão. Trepado na árvore, vivendo na árvore, alimentando-se das suas folhas, transforma-se num animal verde, se a árvore é verde, num animal amarelo, se a árvore é amarela, é o processo mimético. E este o processo a que está se submetendo o nobre Deputado; um mimetismo político, que não é absolutamente condenável. Condenável é condenarmos nos outros aquilo que constitui, também, uma atividade nossa, como se os outros não tivessem as mesmas contingências, não fossem submetidos aos mesmos processos de adaptação e não sofresssem as mesmas influências.

Tenho grande respeito ao meu eminentíssimo colega Elquissón Soares, admiro-o na sua luta, no seu idealismo, nas suas convicções e até também no seu mimetismo político, com uma diferença, é que eu jamais trouxe para este plenário preocupações de caráter individualista ou personalista. Procurei sempre guiar os meus passos em torno de princípios e ideais da vida política, deixando à margem de lado, as quízicas pessoais, aquelas que fazem com que nós, não aceitando a nomeação de um Ministro, passemos a condená-lo, e por ter sido mantido Ministro, passemos a condenar o próprio governo que o admitiu.

Isto sim, parece-me, é um processo condenável, porque não se insere este dentro de um ritmo de normalidade das coisas, e serve para todos nós, de reflexão, na medida em que procurarmos examinar a fragilidade humana e nos convencermos de que todos nós estamos sujeitos a ela.

S. Ex^a reedita hoje à mesma condenação de ontem, o caso do Banco Central. Arrola documentos que desconhecemos no seu conteúdo, embora seja importante examiná-los. Mas não se pode condenar absolutamente o Governo por manter num cargo um homem contra o qual o Deputado Elquissón Soares lança a sua condenação. Como se tivesse S. Ex^a se-transformado num tribunal irrecorável, porque dizia eu ontem, sobre o mes-

mo tema, o art. 12 da Declaração dos Direitos Humanos assegura a todo o homem a presunção da sua dignidade e de que se trata de uma pessoa correta. Consequentemente, não podemos, à base de uma simples acusação, condenar alguém. O processo normal é o Judiciário, através da representação legal, quando se trata de um crime de ação pública, como seria aquele a que aduz o eminentíssimo Deputado.

Vou concluir, Sr. Presidente, porque já percebo que V. Ex^a, com o andar do tempo, torna-se irrequieto na sua cadeira, o que é normal. Mas não poderia deixar de fazê-lo, sem uma alusão superficial à palavra do Deputado Hugo Mardini, eminentíssimo Líder do PDS, quando assaca contra o Governo acusações extraídas da leitura de um tópico publicado na revista *Veja*, a propósito de irregularidades que teriam sido cometidas no Banco Central, ou por decisão do Conselho de Economia. Não posso, absolutamente, contestar as acusações, porque não costumo fazê-lo sem base em elementos concretos, em fatos. Não podemos acusar alguém de haver cometido qualquer crime ou qualquer irregularidade só pelo fato de um órgão de divulgação haver dado a sua versão, que pode corresponder à verdade, mas também pode corresponder aos interesses daquele que divulga.

Ressalvando a oportunidade de poder examinar o mérito dessa questão, se ela o merecer, queremos dizer que não vemos, absolutamente, nenhuma precipitação, nenhuma irregularidade, nenhum crime, ter o Governo a preocupação voltada no sentido de fortalecer o sistema bancário nacional, seja na contingência da prática de crimes, como no caso do Rio Grande do Sul, onde esses crimes já foram apontados, embora não tenham sido ainda apurados, seja no caso da decisão do Banco Central ou dos órgãos fazendários do País, no tocante ao Banco COMIND e ao Banco Auxiliar. São denúncias que merecem, em verdade, a nossa atenção mas, a priori, não podemos condenar aquelas autoridades por medidas tomadas em relação às quais a versão da imprensa pode não correr exatamente à intenção e à prática dos atos a que essa revista se refere.

Portanto, Sr. Presidente, queremos dizer — e aqui vou concluir — que é difícil julgar. Por isso mesmo, não podemos deixar de nos atter aos elementos concretos de verdade, jamais deixando que a nossa mente possa forjar fantasias para, através delas, condenarmos, inventar-nos, proferir contumélias e, consequentemente, agredir as pessoas. Esse não é, absolutamente, o objetivo daqueles que têm as vidas voltadas para os problemas nacionais, e não simplesmente para os problemas pessoais.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Frota, como Líder do PMDB.

O SR. MÁRIO FROTA (PDB — AM) (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Possivelmente que não me causaram nenhuma surpresa os discursos proferidos nesta manhã pelo Vice-Líder Jorge Arbage, do PDS, e pelo Deputado Siqueira Campos, também daquela sigla partidária. A defesa que promoveram ao famoso trio diabólico do passado, da Velha República, o ex-Ministro Delfim Netto, o ex-Ministro Ermâo Galvão e o Sr. Langoni, não surpreendeu a ninguém. Ninguém ficou perplexo, porque é do feitio dos dois parlamentares promoverem a defesa do indefensável; portanto, foram coerentes.

Confesso que não me surpreendi, porque os dois Parlamentares agiram na maior coerência. Tudo isso eles fizeram na Velha República. Defendiam os maiores criminosos, desta tribuna, com o rosto sem tremer, sem se quer, muitas vezes, deixar mudar a feição.

Acontece, Sr. Presidente, que não aceitamos a levianidade do Sr. Siqueira Campos, quando diz, por exemplo, que a Oposição está por trás da medida adotada pelo Subprocurador da República. O que ocorreu é um ato da Justiça. A Oposição, hoje no Governo, nada tem haver com isso. A Justiça está sendo feita, o que não aconteceu na Velha República, está acontecendo agora. A preocupação básica e fundamental do novo Governo, é erradicar da administração pública os criminosos, os responsáveis, no passado, pelos crimes financeiros, e entregá-los à Justiça.

Disse alguém, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que só é possível o crime de colarinho branco com a conivência do opala preto. E, em verdade, é isso que aconteceu neste País: Coroa-Brastel, Brasilinvest, Delfim, e outras entidades financeiras envolvidas em grandes escândalos, os maiores já ocorridos na história deste País, não seriam possíveis sem conivência de pessoas com cargos importantes na administração pública, convenhamos. Alguém deu proteção e apoio às tramátecas do Sr. Paim; alguém deu proteção ao que ocorreu envolvendo o escândalo do Brasilinvest. E vai por aí afora, Sr. Presidente. Alguém tem que ser responsabilizado pelos crimes financeiros que ocorreram neste País, e se a Justiça hoje toma providências, ao invés de denunciá-la, de agredi-la, como hoje fizeram aqui dois parlamentares do PDS, S. Ex^as deveriam, isto sim, aplaudir.

O Sr. Elquissón Soares — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO FROTA — Pois não.

O Sr. Elquissón Soares — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu estava em meu gabinete quando vi a intervenção do ilustre Deputado Celso Barros e me apressei em chegar até aqui. Quero dizer ao Deputado Celso Barros que não sou camaleão. Muito pelo contrário, nem tampouco fiz qualquer acusação a S. Ex^a. O que eu disse é que os vice-Líderes e os Líderes nesta Casa, no afã de prestarem serviço ao Governo, não aprofundam, não levam a sério e comprometem a imagem do Poder Legislativo. S. Ex^as não aprofundam e nem levam ao Governo as denúncias que são feitas aqui e se apressam em fazer defesas. Juntei uma documentação hoje, porque poucos Parlamentares sustentam da tribuna o que pensam do Governo, o que pensam dos administradores e poucos sustentam lá fora o que dizem, aqui na tribuna. Não é o meu caso. O Deputado Celso Barros, que foi um ilustre oposicionista filiado ao PMDB outrora, dos mais valentes condenadores do regime, um dia se arrependeu de ser Oposicionista e foi para o PDS. Foi por conveniência, para sobreviver politicamente no Piauí. Isso não ocorrerá comigo. No dia em que eu sentir que não posso mais sustentar as minhas idéias, abandonarei a política.

O SR. MÁRIO FROTA — Sr. Presidente, o Deputado Elquissón Soares foi citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Estou entendendo a emoção de ambos os oradores.

O Sr. Elquissón Soares — Sr. Presidente, não há ofensas. Os fatos são verdadeiros e quando se fala a verdade não se ofende ninguém. Com o advento da Nova República, o Deputado Celso Barros mudou novamente de partido, deixou de ser PDS para ser Frente Liberal. Agora, Frente Liberal e PDS para mim é a mesma coisa, é o mesmo regime que eu condenava antes, são os mesmos que acobertavam Delfim Netto, são os mesmos que acobertaram todos os atos que hoje condenamos, na Nova República, como atos de corrupção. Não é o meu caso. Eu estou deixando o PMDB porque o PMDB inclui, na lista dos seus Ministros, um corrupto e eu não estou aqui para denunciar corrupção de ninguém. O meu partido, portanto, se comprometeu perante à opinião pública. Não tenho conveniências pessoais. Deputado Celso Barros, nunca as tive. A minha vida privada se desenrola lá na minha cidadezinha e desafio qualquer membro deste Governo — Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, V. Ex^a, a Frente Liberal inteira, o PDS todo — para que diga que eu já tenha praticado um ato que possa comprometer a minha vida pública. Por essa razão que venho à tribuna e denuncio a presença de corruptos na Nova República. Estou pedindo, simplesmente, ao Presidente da República que saneie o Banco Central. Os nomes que apontei estão todos envolvidos em processo de corrupção: Iran Siqueira Lima, Antônio Marsillac e Miranda, que são do Banco Central e foram para o Banco do Brasil. É isso que compromete a imagem da Nova República. E, V. Ex^a, repito, que é um homem sério, não tenho nada contra a sua vida privada, pelo contrário, apontei apenas as questões de natureza política. V. Ex^a está à vontade para ser o camaleão que quiser a vida inteira do ponto de vista político. Não tenho nada contra a vida privada de V. Ex^a, a não ser admiração por ela. Assim, se estou mudando de partido é para manter a minha coerência, porque se ontem condenava a Velha Repúbl-

ca, repito agora novamente, não me sinto em condições de assumir os compromissos da Nova República. Ela não é outra coisa senão a Velha, até com alguns defeitos mais, porque é uma nova que usa a roupa de ontem e os mesmos homens que ontem ludibriavam a opinião pública, até metiam a mão nos cofres do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Peço a V. Exa, Deputado Mário Frotá que conclua, porque o tempo do aparte, o Deputado Elquissón Soares usou realmente para uma explicação pessoal.

O SR. MÁRIO FROTA — Vou concluir, Sr. Presidente:

Como estava dizendo, se chegasse a esta Casa um estrangeiro no momento em que o Deputado Siqueira Campos e o Deputado Jorge Arbage promoviam a defesa dos três ex-Ministros denunciados pelo Subprocurador-Geral da República, essa pessoa, naturalmente, poderia pensar que se tratava de três anjos barrocos, de três santos a serem canonizados porque quase faltava isso por parte dos dois deputados do PDS.

Encerrando, Sr. Presidente, este é um problema da Justiça. Não é mais um problema da esfera do Legislativo. Sendo matéria penal, os três agora já estão incursos em processo criminal. Que respondam perante à Justiça.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. HUGO MARDINI — Sr. Presidente, peço a palavra pela liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Mardini, como líder do PDS.

O SR. HUGO MARDINI (PDS — RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Jornal *Zero Hora*, um vibrante e excelente órgão da imprensa do Rio Grande do Sul, anunciou ontem que eu abordaria, na tribuna da Câmara ou do Congresso, o problema referente ao empobrecimento do Rio Grande. Este tema é tão grave e tão sério, Sr. Presidente, que farei uma série de pronunciamentos, e espero sejam sucedidos ou acompanhados por outros pronunciamentos de Parlamentares do Rio Grande do Sul; entre eles o meu prezado e fraternal amigo, Deputado Sinval Guazzelli, que foi Governador daquele Estado, porque na sessão de ontem o Plenário do Senado Federal aprovou o substitutivo da Câmara destinado a salvar, no mínimo, 31 a 33% da economia do Rio Grande.

Esse substitutivo, ontem, recebeu o voto do Senado.

Espero que o Senhor Presidente José Sarney, ao exercer o direito de sanção ou de veto, não aponha veto algum que possa desfigurar a vontade soberana do Congresso Nacional, porque se o Governo não desejasse conhecer a opinião ou a decisão do Congresso, não poderia ter enviado a mensagem nos termos que enviou, assinada pelo Presidente da República e fundamentada pelo Ministro da Fazenda a respeito do aporte de novecentos bilhões de cruzeiros ao sistema Sulbrasileiro e Habitasul. Na verdade, não era um aporte, Sr. Presidente, era a desapropriação de ações que acabou transformada num substitutivo estatizando e criando um novo banco, que é o Banco Meridional do Sul do Brasil, funcionando no Rio Grande, em Santa Catarina e no Paraná.

O Rio Grande do Sul, ao contrário do que pensam muitos, vem sofrendo um longo processo de erosão econômica, comprometendo gravemente o seu desenvolvimento e o seu desempenho. Esse Estado, que é basicamente produtor de alimentos, vem pagando tributo pesadíssimo pelo crime que tem cometido de produzir arroz, feijão, milho, carne, soja, trigo, aveia, centeio, enfim, de ser um dos grandes produtores de grãos neste País; tendo sido o maior de todos em passado recente.

O Sr. Governador Leonel Brizola, já nos idos de 58, 59 e 60, denunciava esse empobrecimento; esse processo de espoliação econômico a que vem sendo submetido o Rio Grande, num verdadeiro processo de colonização a que se submete o País pelos grandes grupos financeiros de São Paulo — isto eu tenho declarado em diversas oportunidades. Mas venho reafirmar o que disse: que corremos o grave risco da formação de gigantes financeiros neste País, pela criação de bancos superbancos, que vão dominar a economia nacional e impor a sua vontade através de um lobby poderoso, exercido inclusive neste

Parlamento, nos órgãos de divulgação, nos meios de comunicação social, nas empresas de publicidade, enfim, em todos os ramos da atividade nacional.

A Revista *Veja*, Sr. Presidente, publica não uma referência mas longa reportagem, com a responsabilidade dos seus editores que, certamente, não estão mentindo à opinião pública; mas publicam com cifras, datas, números e referências expressas que, "sob um cerrado manto de sigilo," a Diretoria do Banco Central decidiu canalizar nada menos de 1 trilhão de cruzeiros para o Banco Comind e 850 bilhões de cruzeiros para o Banco Auxiliar — estou pedindo a transcrição integral desta reportagem da Revista *Veja* nos Anais do Congresso Nacional.

Entre as coisas ditas, aqui, quero destacar algumas delas:

"Os problemas do Comind e do Auxiliar eram antigos", — diz a Revista *Veja*, ao referir os problemas que se verificaram — "a ameaça de novos cortes de linhas de crédito, foi logo estancada graças à intervenção do Banco Central, mas as sequelas desse contratempo chegaram ao Brasil. Somos vítimas" — continua — "de uma campanha desestabilizadora", admitiu, logo após, o Vice-Presidente, principal executivo e segundo maior acionista do Comind, Paulo Gavião Gonzaga, que em fevereiro já havia denunciado tentativas de outros bancos, de abalar a credibilidade de sua organização. Por coincidência, também, há duas semanas, o seu companheiro, afetado por boatos, o Banco Auxiliar, dava início a um programa de enxugamento de despesas, com o fechamento de dezenove agências e demissões de funcionários.

A volta dos dois bancos ao "hospital" do BC alarmou o governo. No apagar das luzes da velha República, eles já haviam sido socorridos com quase 1 trilhão de cruzeiros.

Sr. Presidente, vou voltar a este assunto porque é importante demais para que se encerre nesta sessão do Congresso; ele é grave demais para que os Srs. Parlamentares, alguns dos quais, aqui, verberaram a idéia do aporte de 900 bilhões de cruzeiros ao Sulbrasileiro, que não era um empréstimo, mas uma desapropriação acionária a um Estado que nada deve à União, porque tem colaborado desde os primórdios, desde os albores desta Pátria, desde o lusco-fusco da autora da emancipação nacional, antes de o Brasil ser Brasil, o Rio Grande já defendia, lá na extremadura meridional da Pátria, as divisa e o território com o seu sangue e o seu trabalho.

Esse Rio Grande do Sul, realmente, necessita receber do Governo Central, agora, um tipo de ajuda, de colaboração que restitua à combalida economia do Estado o vigor e a saúde necessários. Mas este documento, Sr. Presidente, precisa receber o debate desta Casa, em que o Governo faça o aporte de quase 2 trilhões de cruzeiros sem ouvir, sequer, a opinião deste Parlamento — legalmente não tem de fazê-lo —, mas para o caso do Sulbrasileiro, estranhamente, o fez sem tomar nenhuma medida administrativa, como estas tomadas, dando um trilhão ao Comind, quase oito trilhões ao Banco Auxiliar e, segundo estamos informados, outros haverão de suceder esses dois bancos neste rastro que precisa ser objetos do interesse, da análise e da atenção do Congresso Nacional.

Aqui, o documento cita, claramente, que a Resolução nº 1.008, de 3 de maio, diz também que o Banco e a Nova República decidiram autorizar a rolagem não de 90%, mas de 100% das dívidas desses bancos, com o Banco Central. Então, é a hora, Sr. Presidente, de esta Casa, efetivamente, tratar o problema com a seriedade que exige e o cuidado que se impõe, quando se trata de fornecimento, antecipação, empréstimo, qualquer tipo de operação dos dinheiros públicos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO QUE SE REFERE SR. HUGO MARDINI EM SEU DISCURSO:

Economia & Negócios

GÁS PARA O MERCADO

O Banco Central empresta 1,85 trilhão ao Comind e ao Auxiliar para evitar crise de liquidez e Dornelles acerta atrasados das estatais

Na última segunda-feira, os dirigentes dos seis maiores bancos brasileiros e a diretoria do Banco Central decidiram, sob um cerrado manto de sigilo, encaminhar a solução de um dos mais importantes problemas que traziam pelas gabinetes da área econômica do novo governo: a situação de caixa dos bancos Comind e Auxiliar, ambos baseados em São Paulo e colocados em posições privilegiadas na lista dos grandes do ramo. Depois de horas de negociações, que invadiram a madrugada no Rio de Janeiro e foram completamente realizadas por reuniões menores em São Paulo e em Brasília, os banqueiros e as autoridades monetárias acertaram fazer uma maciça injecção de dinheiro no Comind e no Auxiliar. Com esta fórmula, esperam fortalecer os dois bancos e estancar a hemorragia que se abatia sobre seus caixas em sequência à eclosão do escândalo da Sunamam e à insolvência dos grupos gaúchos Sulbrasileiro e Habitasul.

O Comind, sexto maior banco privado e dono de 275 agências, obteve uma ajuda de 1 trilhão de cruzeiros e o Auxiliar, 12º do setor e com 113 agências, 850 bilhões — mas, ao contrário do comportamento ultraliberal do Banco Central em anos passados, quando soltava dinheiro sem pedir nada em troca, os dois bancos tiveram de deixar bens em garantia que equivalem a três vezes o que levaram e o compromisso escrito de que vão executar um rigoroso programa de recuperação. O acordo foi selado no dia seguinte, durante reunião sigilosa e restrita do Conselho Monetário Nacional, e já na quarta-feira os caixas dos dois bancos voltaram a exibir números positivos.

"Os programas de recuperação negociados são consistentes e vão funcionar", afirmou na noite de sexta-feira o diretor da Área Bancária do Banco Central, Alberto Furugem. Dois do termômetro que examina, no governo, a temperatura dos bancos brasileiros. Furugem voltou a declarar-se aliviado após conferir a cada dia, desde o começo da semana, o volume de entrada e saída de dinheiro nos guichês do Comind e do Auxiliar. Em sua análise o perito crítico pode ter ficado para trás. "Essa é a nossa convicção", diz Furugem. O principal acionista do Banco Auxiliar, e da rentável indústria de alimentos enlatados Cica, Rodolfo Bonfiglioli, também voltou a ficar animado, "Com essa linha de crédito que recebemos, foram-se os problemas", acredita Bonfiglioli.

Sinais Inquietantes — As horas que antecederam a costura e a formalização dos dois programas de recuperação, como passaram a ser chamadas no Banco Central as operações de resgate de instituições financeiras, foram decisivas. Os problemas do Comind e do Auxiliar eram antigos, mas pareciam caminhar para fora da zona de perigo quando, duas semanas atrás, voltaram a surgir sinais inquietantes. A captação de depósitos a prazo, uma das principais fontes de recursos usadas pelos bancos para emprestar, diminuiu acentuadamente e, em algumas agências, voltaram a se formar filas de clientes ansiosos para sacar todos os seus depósitos.

Na raiz da crise de confiança, desta vez, estavam as dificuldades passadas pelo Comind com sua agência em Nova York, que vieram na esteira de uma decisão do Bank of America de não renovar uma linha de crédito de 3 milhões de dólares que acabara de vencer. A ameaça de novos cortes de linhas de crédito foi logo estancada, graças à intervenção do Banco Central, mas as sequelas desse contratempo chegaram ao Brasil, "Somos vítimas de uma campanha desestabilizadora", admitiu logo após o problema o vice-presidente, principal executivo e segundo maior acionista do Comind, Paulo Gavião Gonzaga, que em fevereiro já havia denunciado tentativas de outros bancos de abalar a credibilidade de sua organização. Por coincidência, também há duas semanas o seu companheiro afetado por boatos, o Banco Auxiliar, dava início a um programa de enxugamento de despesas, com o fechamento de dezenove agências e demissões de funcionários.

"Sei dos riscos assumidos, mas também sei que não há outro caminho neste momento delicado para as finanças do País", justificou na ocasião, o presidente do Banco Auxiliar, Eduardo de Carvalho. A verdade é que a soma destes acontecimentos assustou o mercado e precipitou o Comind e o Auxiliar novamente em direção ao caixa do BC — que, entre outras atribuições, tem a de garantir a solvabilidade das instituições e prover a liquidez do mercado financeiro. A volta dos dois bancos ao "hospital" do BC alarmou o governo. No apagar das luzes da velha República, eles já haviam sido socorridos com quase 1 trilhão de cruzeiros. Desde então, tanto um

quanto outros, vinham repondo pontualmente o dinheiro emprestado pelo governo — mas, se mais uma vez as comportas fossem abertas, sem a exigência de garantias adicionais, o BC corria o risco de envolver-se numa séria dor de cabeça.

Aval do Tesouro — O Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, não pensaram duas vezes. Correram para apagar a ameaça de incêndio, convocando ao Rio, na noite da última segunda-feira, os grandes bancos do País a fim de lhes pedir que comprassem títulos emitidos pelo Comind e Auxiliar. Esperavam, com essa medida, conter a evasão no caixa dos dois bancos, devolvendo-lhes a confiabilidade do sistema financeiro. Conduzida por Lemgruber e outros diretores do BC, a reunião teve momentos de tensão. Alguns dos grandes bancos negaram a ajuda, em princípio. Depois, concordaram, mas exigiram do governo a garantia de que os títulos do Comind e do Auxiliar, comprados por eles, tivessem o aval do Tesouro. Tratava-se de uma exigência impossível de ser atendida, disse-lhes Lemgruber.

Foi quando surgiu da reunião, da qual participou também o jurista José Luiz Bulhões Pedreira, o consenso de que a única saída possível seria o BC injetar mais recursos nos dois bancos, em troca, aí sim, de um movimento concatenado de apoio por parte das demais instituições bancárias. Essa ajuda, contudo, implicava a concessão de garantias exigidas pela regulamentação aprovada pelo Conselho Monetário Nacional na reunião do começo do mês — e que o Comind e o Auxiliar não estavam em condições de fornecer. As garantias eram expressas pela cessão de créditos a receber em valor equivalente a 120% do montante da ajuda federal. Além disso, o banco socorrido teria de entregar outras garantias a critério do Banco Central. "Essa norma ensejava uma decisão sempre subjetiva sobre o que seria ou não uma boa garantia, complicando o mecanismo da assistência à liquidez", argumenta o vice-presidente do Banco Real, Juarez Soares, que desmentiu a informação de que estaria estudando a compra do Comind.

O impasse foi contornado com a convocação de uma reunião especial do CMN para o dia seguinte, em Brasília. Para não alarmar o mercado e conter ao máximo o vazamento de notícias, antes que estivesse formalizada a ajuda ao Comind e ao Auxiliar, ficou decidido que dela participariam apenas nove de seus 28 membros, o chamado "conselhinho". Do setor privado, foram convocados apenas os banqueiros Amador Aguiar, do Bradesco, e Ângelo Calmon de Sá, do Econômico. A reunião foi rápida — já estava pronta a resolução que altera os critérios das operações de socorro, que ainda não tinham nem um mês de vida.

A mudança, segundo o governo, foi feita para "flexibilizar" tais critérios. Traduzindo, isso quer dizer que agora, dentro da garantia de 120%, o banco socorrido poderá incluir no bolo, além de direitos de créditos, outros ativos, como ações do próprio grupo e imóveis. Ficava resolvido, assim, o problema das garantias a serem fornecidas pelos dois bancos paulistas para os empréstimos que receberam do governo. Além disso, como a crise de liquidez já ameaçava assumir contornos mais amplos que os limitados às dificuldades do Comind e do Auxiliar, o CMN decidiu também permitir a rolagem de 100%

das dívidas vencidas das empresas estatais — até então restritas ao nível de 90%, como forma de obrigar-las a pagar um pedaço de seus débitos.

Dívidas em Dia — Tais medidas tranquilizaram o mercado. "O processo de perda de confiança já entrou em reversão", afirma Calmon de Sá, do Econômico. "Tudo faz crer, agora, que os problemas do mercado serão superados", emenda Soares, do Real. Lemgruber, do Banco Central, também está confiante. Embora volumosa e sem paralelo em toda a imensa folha corrida de empréstimos, de emergência, do Banco Central a instituições financeiras, a ajuda ao Comind e ao Auxiliar se sustenta em condicionalidades jamais exigidas em operações do gênero. Em vez dos 120% que exige a lei, os dois bancos entregaram garantias da ordem de 200% da ajuda que lhes foi prestada. Terão de devolver em doze meses o que agora receberam, em parcelas crescentes a cada mês. Pelo dinheiro recebido, pagarão correção monetária integral e juros iguais aos do *overnight* — hoje de 18% acima da inflação.

Além disso, o documento que ratifica o programa de recuperação — vistoriado previamente pelo advogado Bulhões Pedreira para evitar possíveis "furos" legais — é severo. Pelo Comind assinaram o vice-presidente Paulo Gavião Gonzaga e o presidente, Carlos Eduardo Quartim Barbosa, maior acionista do banco. Bonfiglioli, do Auxiliar, mandou em seu lugar dois diretores: Eduardo de Carvalho e Henri Koersen. Os quatro concordaram com termos que prevêem a venda de imóveis, o fechamento de agências e até a possibilidade de destituição de toda a diretoria, mediante um simples aviso do Banco Central. A venda de ativos terá de obedecer a prazos previamente acertados. As auditorias do BC serão constantes durante o programa de ajuste — apelidado por técnicos do governo de "programa FMI". Se, no entanto, nada disso funcionar, também já está prevista, nos documentos, a exigência de venda de parte ou da totalidade do controle acionário a um outro grupo.

Nesse sentido, o banqueiro Roberto Maisonnave, dono do Banco Maisonnave, de Porto Alegre — o primeiro a negociar com o BC um programa de recuperação, antes mesmo que fosse regulamentado pelo CMN — viajou na última quinta-feira para Nova York a fim de negociar uma associação com o grupo americano American Express. O Maisonnave, cuja contabilidade sempre esteve em dia, mas também acabou recebendo o impacto da quebra do Sulbrasilteiro, obteve 180 bilhões de cruzeiros do BC, dos quais já devolveu boa parte — e cada vez menos depende da ajuda oficial.

O Comind, de seu lado, embarcou no caminho da venda de ativos para injetar dinheiro em seu caixa. Na semana passada, negociava com os fundos de pensão que abrangem os funcionários da Petrobrás e do Banco do Brasil a venda de um quinhão fixado entre 40% e 60% de uma das jóias de sua coroa empresarial — o Shopping Center Ibirapuera, em São Paulo, que herdara em 1983 do grupo Veplan-Residência. Avaliado por uma quantia menor que o seu valor contábil nas contas do Comind, o Ibirapuera será negociado pelo equivalente a cerca de 90 milhões de dólares.

Essas providências desviaram, na semana passada, o vendaval que ameaçava agitar o sistema financeiro.

"Não há quem resista a uma corrida a bancos, nem os estatais", afirma o diretor-superintendente do Banco de

Crédito Nacional, Pedro Conde. Juarez Soares, do Banco Real, lhe dá razão: "O sistema financeiro é como um cristal: se bater de mau jeito, ele racha". Sabendo disso, o Ministro Francisco Dornelles se apressou a executar um dos compromissos da Nova República: liquidar todos os débitos vencidos e não pagos, alguns com mais de um ano de atraso, que um grupo de firmas estatais tem junto aos bancos, a começar por Eletrobrás, Siderbrás, Nuclebrás e DNER. Tudo será posto em dia de uma só vez nesta semana, totalizando cerca de 2,5 trilhões de cruzeiros. As novas dívidas do setor público, daí para a frente, passarão a ser roladas quando não houver caixa para pagá-las. Ou seja: serão renovadas, assim como se faz com um "pagáio", no vencimento, quando não se tem dinheiro para resgatá-lo.

Para não estourar o controle monetário, peça-chave da política antinflacionária, o Banco Central venderá títulos em igual valor aos 2,5 trilhões de atrasados pagos. Na prática, a medida servirá para redistribuir a liquidez entre os bancos, pois quem tiver dívidas usará o dinheiro para saldá-las. Os demais usarão o dinheiro não previsto, mas sempre reclamado, na compra dos títulos do governo. Os banqueiros, contudo, querem evitar novos sustos. Nesta segunda-feira, eles se reunem em São Paulo para discutir a criação de um sistema que entre em ação, comprando títulos privados, tão logo surjam sinais de dificuldades em alguma instituição. Vão, também, cobrar uma maior unidade e presença política de todos para afastar qualquer ameaça estatizante. "A desunião não nos ajuda a ter um sistema confiável", diz o presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1981 (nº 4.469/77, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1983 (nº 4.810/81, na origem), votado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, do elenco de bancos de dados existentes no País, tendo

RELATÓRIO, sob nº 12, de 1985 — CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A matéria vetada exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse número, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 28 minutos.)

Ata da 113ª Sessão Conjunta, em 22 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura
Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins

— Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Louival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró

— Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alércio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randofo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebello — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacellar — PFL; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edmíl Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Ar-

raes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilson Garcia — PDS; Hélio Dantas — PFL; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissôn Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodoro Ferrão — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PFL; Antônio Neto — PDS; Boçayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Darcilio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délia dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PFL; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Dario Tavares — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murti — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Augusto Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom —

PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Combra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Fernando Bastos — PFL; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardin — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 282 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES GADELHA (PMDB — SP.) — Sr. Presidente, sendo evidente a ausência dos Srs. Deputados e Srs. Senadores em Plenário, requeiro a V. Ex^a, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não existe 1/6 de Sr. Senadores e Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição, a presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 5 minutos, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Lei

nº 3, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000, para o fim que especifica (2^a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 2 minutos.)

Ata da 114^a Sessão Conjunta, em 22 de maio de 1985

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kaiume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderval Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raimundo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB;

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB;

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS;

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agridino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB;

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PFL; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissôn Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior

— PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Esírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferreira — PFL; Wilson Haesé — PMDB.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Vaipe — PFL; Amairi Neto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Darcilio Ayres — PDS; Daso Colimbra — PMDB; Dílio dos Santos — PDT; Denis Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio, Maceo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PFL; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Dário Tavares — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos —

PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octálio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rolemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Panio Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kfouri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Fernando Bastos — PFL; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarene — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Moazildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 282 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O nosso registro, hoje, é sobre a greve dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Trago, neste momento, uma carta aberta aos funcionários da Associação dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — DR — Rio de Janeiro. Diz o seguinte:

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Dizem que a República é nova mas a atual situação dos empregados dos Correios prova que as idéias continuam velhas. Queremos voltar ao trabalho e não deixam.

Estamos pedindo apenas que garantam que não seremos punidos ou demitidos, mas somente nos respondem com veladas ameaças.

Retornar não depende mais de nós, e sim das autoridades que não perderam o hábito de tratar o trabalhador como um imbecil que não deve e não pode exigir os seus direitos.

Somos acima de tudo pessoas conscientes que percebem que a Empresa está empenhada no sentido de desmobilizar uma categoria que passou a incomodá-la, porém eles estão sentindo desde março que nem sempre o uso da mordaça faz calar a voz, e nós continuaremos lutando porque a classe está unida e há uma firme determinação de só retornar ao trabalho com reais garantias de que não haverá represálias.

Temos tentado de todos os modos sensibilizar a Direção da ECT, o Ministério das Comunicações e o Ministério do Trabalho para que consigam pôr fim a esta situação constrangedora que está prejudicando tanto a população.

Tivemos que brigar para conseguir melhores salários, agora estamos brigando para reassumir nossas posições com segurança. De modo algum a Empresa destruirá o espírito de organização da categoria. Vencemos o medo e gritaremos unidos sempre que houver uma injustiça.

Nós Eclesistas merecemos que a Empresa reconheça que toda a sua credibilidade foi construída com nosso suor e nosso sangue.

Ass.: Associação dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — DR — Rio.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta carta já está defasada no tempo, em função da suspensão da greve pelos funcionários da ECT. Entretanto, a Direção Nacional da ECT e o Ministério das Comunicações não têm demonstrado que querem a tranquilidade da categoria e um retorno ao trabalho sem traumas e sem violências contra as lideranças grevistas.

Queremos dizer que os funcionários que estiveram, hoje, em nosso gabinete, estão voltando ao Rio de Janeiro com o propósito de novamente procurar uma mobilização da categoria no sentido de impedir que se consumam efetivamente essas demissões, em termos de que não haja mais reversibilidade. Esses funcionários demitidos representam, ainda hoje, a expressão de uma unidade, a expressão de uma organização, a expressão da defesa da empresa. Porque nós temos notícias de que setores que pretendem a privatização, quer dizer, a quebra do monopólio dos Correios e Telégrafos, na área dessas atividades, que estão pressionando no sentido de alterar esse monopólio e permitir a entrada de empresas multinacionais na área da ECT. Esse é o nosso registro Sr. Presidente. (Muito bem).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JACQUES D'ORNELLAS EM SEU DISCURSO:

CARTEIROS APANHAM NO.

7º DIA DE GREVE

Reunidos em assembleia, à noite, os carteiros decidiram permanecer em greve até que a ECT se comprometa a não punir quem quer que seja, nem descontar os dias parados. O diretor regional da empresa disse que agora qualquer decisão só poderá ser tomada pelo Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que chamou a si a solução do assunto. No fim da noite de terça-feira e início da madrugada de ontem, ocorreram vários incidentes, quando os empregados, tentando impedir a saída de quatro caminhões e duas kombis do edifício-sede, foram surpreendidos com a chegada de dezenas de policiais, que usaram jatos d'água, bombas de efeito moral a força bruta para a retirada do pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, com a seguinte Ordem do Dia:

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1985-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.138, de 1984; e Apreciação da Mensagem Presidencial nº 14, de 1985-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.137, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000, para o fim que específica (incluído em Ordem do Dia, nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição — 2ª sessão), tendo

PARECER, proferido em Plenário pelo Senhor Deputado Jorge Uequed, pela aprovação do projeto.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 14 do corrente mês, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição, na sessão conjunta das 19 horas e 42 minutos de ontem, o projeto deixou de ser votado por falta de quorum para o prosseguimento dos trabalhos.

Vai-se passar à votação do projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sobre a mesa a redação final do Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN, apresentada pela Comissão Mista, em seu Parecer nº 12 de 1985-CN, que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER N° 12, DE 1985-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, apresentando a Redação Final do Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000 (dezessete milhões de cruzeiros), para o fim que específica”.

Relator: Senador Nivaldo Machado

A Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1985 — CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000 (dezessete milhões de cruzeiros), para o fim que específica”, apresenta, em anexo a Redação Final da referida proposição.

Sala das Comissões, 22 de maio de 1985. — Deputado João Alves, Presidente — Senador Nivaldo Machado, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Alfredo Campos — Senador Lomanto Júnior — Senador Itamar Franco — Senador Guilherme Palmeira — Deputado Antônio Câmara — Deputado Figueiredo Filho — Senador Fábio Lucena — Senador Virgílio Távora — Deputado Siegfried Heuser.

ANEXO AO PARECER N° 12, DE 1985-CN

Redação final do Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000 (dezessete milhões de cruzeiros) para o fim que específica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, o crédito especial de Cr\$ 17.000.000 (dezessete milhões de cruzeiros), para atender

despesas com obrigações patronais, em decorrência da criação de uma Tabela de Pessoal Permanente, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento da União. Lei nº 7.276, de 10 de dezembro de 1984, em favor da Justiça do Trabalho.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Em discussão. (Pausa.)

Se nenhum Sr. Congressista desejar fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. NAVARRO VIEIRA FILHO NA SESSÃO DE 8-5-85, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN — SEÇÃO II — DE 9-5-85:

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO (PFL — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais uma vez encontra-se o Congresso Nacional reunido e mobilizado para votar Proposta de Emenda Constitucional restabelecendo eleições diretas, depurando-se a Lei Maior de parte das medidas autoritárias vigentes na Constituição outorgada que ainda temos.

A 25 de abril do ano passado tivemos a memorável reunião em que a vontade uníssona do País, pedindo por eleições diretas para Presidente da República, fez-se presente no plenário desta Casa, então sitiada militarmente pelo decreto das "emergências" castradoras da manifestação popular e intimidatórias do livre exercício da representação do povo. A tese foi amplamente vitoriosa nesta Câmara, sem que tivéssemos alcançado, contudo, o quorum mínimo de dois terços para a necessária modificação do texto constitucional.

O Brasil não teve as diretas presidenciais que reclamava em campanha cívica jamais vista neste País. Mas teve ali, com a emenda derrotada, o início efetivo da concepção da Nova República, que viria desabrochar em esperanças, nove meses depois, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, em pleito indireto, mas que a Nação legitimou, referendando as escolhas feitas pelo Colégio Eleitoral.

Mas viemos a perder Tancredo Neves, no alvorecer da Nova República, que segue, entretanto, intocável com Sarney, guardião de seu legado e dos compromissos da Aliança Democrática. "Os seus sonhos são os nossos sonhos. O que ele prometeu realizar, ao longo de nossa campanha política, será fielmente realizado. Nada será esquecido. O compromisso de Tancredo Neves é o nosso compromisso", são palavras do Presidente José Sarney.

Para isso estamos aqui hoje. Para dar continuidade à permanência aos sonhos de democracia e de participação do inspirador deste novo tempo. Não se trata apenas de ser coerente com as posições do Presidente que nos deixou antes do coroamento de sua obra. Trata-se, além disso, de ampliar e de expandir, logo de início, o processo de democratização do País, mantendo-se a chama da mobilização popular. Trata-se, sobretudo, da viabilização imediata do primeiro projeto político da Nova República, da realização de promessa publicamente assumida e que não pode, em absoluto, deixar agora de ser cumprida.

Logo mais estaremos deliberando sobre a autonomia política das capitais dos Estados, dos Municípios considerados como estâncias hidrominerais e daqueles excluí-

dos da lista das cidades tidas como de interesse para a segurança nacional. Como autor da emenda que serve de base, em decorrência do processo legislativo e do consenso das lideranças partidárias à deliberação maior do restabelecimento amplo da autonomia municipal e da satisfação dos mais legítimos anseios da Nação, devo e quero aqui fixar algumas considerações.

Antes de tudo, uma palavra de louvor ao trabalho da Comissão Interpartidária, com especial menção, por dever de justiça, ao seu nobre relator, Deputado João Gilberto e ao Presidente Senador Aluizio Chaves, e aos esforços frutíferos das lideranças partidárias, todos condutores eficientes do consenso que vem alcançando sobre os pontos principais da matéria em pauta.

Pessoalmente, sou favorável a todos os itens consensados a nível da Comissão Interpartidária. Mas estou pronto a transigir quanto à inclusão de outros temas ou à exclusão de certos itens já postos, desde que esta atitude possa contribuir para a obtenção do quorum mínimo de dois terços, necessários à aprovação desta emenda. Dentro desse enfoque, considero sumamente oportuno que votemos em destaque os pontos porventura julgados polêmicos — como a elegibilidade dos atuais prefeitos — para que não soframos o risco de prejuízo na matéria principal.

Sou por eleições diretas em todos os níveis, do Presidente ao Prefeito. Como ex-pedessista, participei desde a primeira hora do grupo "Pró-Diretas" do PDS, cujo núcleo básico, ao lado de Aureliano Chaves e de Marco Maciel, veio a constituir-se nos primórdios da Frente Liberal, que, unida a nível nacional com o PMDB, formou a Aliança Democrática, possibilitando ao Brasil este magnífico exemplo de maturidade política e transição sem crises e sem traumas do autoritarismo para a democracia.

Sou pela elegibilidade dos atuais prefeitos nomeados, desde que se desencompatibilizem previamente, para que possam submeter-se ao julgamento popular em condições iguais, sem o ônus das pressões políticas a que poderiam ser levados, pelo acirramento das disputas municipais, citando por consequência a utilização indevida da máquina administrativa e dos orçamentos que dominam. Sou pela extensão do direito de voto, pela liberalização da lei de organização partidária e eleitoral, para que a representação popular se faça da forma mais ampla possível, bem como me manifesto a favor da representação política do DF. Sou pela fixação imediata do princípio das eleições diretas também para presidente da República, conforme expressa manifestação do Presidente José Sarney que vem sugerir ao Congresso Nacional o restabelecimento das diretas para Presidente, consagrando a tese que empolgou esta Nação. Cabe à Constituinte, entretanto, a questão da duração do atual mandato presidencial, que o Presidente já enfatizou deva ser de quatro anos.

Qualquer hipótese de tentativa de redução do mandato presidencial por via de deliberação deste Congresso deve ser veemente repudiada porque isso seria casuismo execrável, seria usurpação de mandato, seria golpe branco de que, se encontra saudoso dos golpes de baionetas, de tropas e de tanques.

Não poderia deixar de dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, da honra e da satisfação que tenho em ver ampliado o objeto da emenda constitucional que reapresentei e que venho apresentando desde 1979, primeiro ano de meu mandato como Deputado Federal, da mesma forma que havia feito meu pai, ex-Deputado Navarro Vieira, autor da primeira emenda de restabelecimento de eleições diretas nas estâncias hidrominerais.

Representante da maior estância hidromineral da América Latina, Poços de Caldas, e também da sua vizinha, a cidade de Caldas, ambas plantadas no meu querido chão do Sul de Minas — Estado que ainda tem outras 11 estâncias hidrominerais com prefeitos nomeados — atuei no sentido de que o Congresso Nacional sempre tivesse diante de si a oportunidade de restabelecer a autonomia política daquelas cidades. Foram muitas as propostas de emendas à Constituição que apresentei nesse sentido.

Propositalmente, sempre delimitei o alcance dessas emendas às estâncias hidrominerais. E fiz por razões de oportunidade e de estratégia na consecução do objetivo. Primeiro, porque já havia em tramitação emendas sobre eleições diretas para Prefeitos das Capitais. Segundo,

porque, na então evidente impossibilidade de obter-se o maior, que ao menos se salvasse o menor, o direito que venho perseguiendo para que o povo de minha terra possa eleger o seu Prefeito.

As Comissões Mistas que examinaram as diversas propostas de restabelecimento de eleições diretas em diferentes níveis de governo, sempre, em seu parecer, englobaram os assuntos comuns em substitutivos amplo de eleições diretas para Prefeitos de Capitais, das estâncias hidrominerais. Áreas de Segurança. Ora, os governos de então jamais desistiram de impedir as eleições diretas, mesmo diante do clamor de toda uma Nação. E porque impediram as eleições nas capitais, impediram também as eleições nas estâncias, visto que ambas as propostas tramitavam acopladas. Entendi-me, então, com o ilustre Senador Mauro Benevides a quem lendo homenagem, persistente também na luta pela autonomia das capitais, no sentido de que atuássemos juntos para que as emendas tramitassem em separado, na tentativa de obter-se, ao menos, o objetivo menor das eleições nas cidades consideradas como estâncias hidrominerais.

A autonomia das estâncias poderia ser restabelecida de duas formas: ou através de emenda à Constituição Federal, ou através de lei, votada por Assembléia Legislativa Estadual, descharacterizando como tais as cidades consideradas como estâncias hidrominerais. Como o Governo Federal continuava a impedir a manifestação favorável do Congresso Nacional, passei a atuar, paralelamente, junto ao Governo de Minas Gerais e à Assembléia Estadual, onde diversas propostas tramitavam, mudando a designação de estâncias hidrominerais para estâncias turísticas. Poucos dias antes de deixar o Palácio da Liberdade, o eminent e saudoso estadista Tancredo Neves assegurava-me que faria aprovar uma das propostas sob exame.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que agora — disto estou certo — todas essas lutas serão vitoriosas. Vamos encerrar, com o objetivo plenamente alcançado, a campanha pelas eleições diretas. Não só as estâncias, que tenho por obrigação precípua representar, mas também as capitais, os municípios de segurança nacional, assim como a própria Presidência da República terão eleições por sufrágio universal direto, livre e secreto. É o fim da usurpação de um direito legítimo. Sei que o Congresso Nacional, neste momento em que retoma seus poderes também usurpados, não deixará de fazer justiça a esse anseio nacional longamente acentuado: diretas simplesmente.

O Sr. Nelson Marchezan — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO — Pois não, ouço com muito prazer o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Nelson Marchezan — Quero, nobre Deputado, em primeiro lugar, felicitar V. Ex^a V. Ex^a, realmente, hoje é o vitorioso da persistência. Eu acompanhei o trabalho persistente, tenaz, indomado de V. Ex^a, em torno da revogação da lei que tirava a autonomia das estâncias hidrominerais. E V. Ex^a sempre foi um conciliador em torno de buscar este objetivo, cedendo, concedendo, dialogando, se entendendo. As circunstâncias, infelizmente, não permitiram que V. Ex^a pudesse, como hoje, comemorar, há mais tempo, o resultado vitorioso da sua ação. Mas em compensação, e V. Ex^a tem aí não só o prêmio à persistência, mas também tem a vantagem, em compensação é no bojo da emenda de V. Ex^a que acontecem coisas importantes para este País. Isto me alegra, porque eu sou um admirador do seu trabalho, da sua personalidade, da sua tenacidade e do desempenho, da desenvoltura, da capacidade com que V. Ex^a representa o belo povo de Minas Gerais. Por isto, colhe V. Ex^a, também, essa vitória de, no bojo da sua emenda, serem introduzidas modificações importantes na vida do País e na Constituição brasileira, por consequência, na vida do País. E eu o felicito por isto. E, também, queria, a propósito deste registro que faço, nobre Deputado, dizer que muitas dessas coisas que hoje se comemoram foi uma luta que nós fizemos, também, no Governo passado, quando nos sentimos frustrados ao não termos a emenda do Presidente Figueiredo ser aprovada, uma emenda que vinha ao encontro da realidade nacional. E a própria emenda, que hoje aprovamos, mostra o quanto aquela tinha de atualidade. Se a campanha pelas diretas era um movimento que demonstrava o anseio nacional, cabia aos Congressistas adequá-la à realidade, para que fosse introduzida.

esta modificação sem traumas no País, sem que nós tivéssemos sobressaltos. Entendeu o Governo, na oportunidade, que era preferível a emenda das diretas para 88, com quatro anos, ao invés de introdução de uma eleição direta imediata que pudesse criar alguns desequilíbrios. Alias, eu vi, por estes dias, o próprio autor — e foi atribuída a ele esta frase em um jornal e não foi desmentida — o próprio autor do projeto e da emenda das diretas dizer que uma direta agora podia desestabilizar o País. Veja, então, Sr. Presidente, se agora uma emenda, só no espírito, das diretas poderá desestabilizar o País, imagine o risco que corriamos nós, se aprovadas elas fossem naquela época. E a ilação parece pefitamente lógica. Eu reconheço a emenda que se anuncia, e que vamos aprovar, algo a mais que na emenda do Presidente Figueiredo, em um sentido, que é o programa das eleições nas capitais. Eu fui, no Palácio do Planalto, naquela vez, um derrotado, porque não permitiram que se introduzisse a eleição direta nas capitais, mesmo quando eu argumentava que era um absurdo dar eleições para Presidente e não dar para as capitais. Argumentavam que isso atrapalhava os planos dos governadores, afinal era mais um ano, somente. Eu reconheço, lisamente, que a emenda que se anuncia hoje tem sobre aquela esta vantagem, mas tem algumas desvantagens: a primeira, é que não fixa o mandato do Presidente, entenderia que deveria fixar, e, a segunda, é que não cuida da reforma tributária, tão reclamada pelos municípios e exigência negociada aqui, no Congresso Nacional, com as lideranças que hoje conduzem esta emenda. Foi introduzida uma reforma tributária bastante significativa que, se não tivesse sido rejeitada a emenda Presidente Figueiredo, estaria hoje, a beneficiar Estados e Municípios que tanto reclamam por maior participação nos recursos da tributação, por uma participação maior dos tributos arrecadados pela União. E esta emenda, ao que me consta, não contempla nada quanto às prerrogativas do Congresso Nacional. Mas, de qualquer forma, eu registro estes dois aspectos fundamentais que a emenda não contempla, mas quero ser como V. Ex^o, quero me espelhar no exemplo de V. Ex^o quero continuar a ser persistente, defendendo essas coisas, para que possamos, no dia de amanhã, comemorar o que falta nesta emenda e não esperar pela Constituinte. Todas essas coisas boas com que nós estamos de acordo e, que podem nos beneficiar desde logo, eu acho que sobre elas nós poderíamos nos entender e em outra emenda, que não nesta, porque nós não queremos nem podemos mais emendá-la, mas numa outra emenda, poderíamos ir ao encontro do anseio da população brasileira, atendendo a essas reivindicações. Perdoe a minha digressão, mas o sentido maior deste meu aparte era registrar a vitória que V. Ex^o merecidamente colhe neste dia.

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO — Agradeço a V. Ex^o, Deputado Nelson Marchezan, e quero louvar a sua posição como Líder do nosso Partido, durante tanto tempo, quando acompanhou de perto essa luta pelo restabelecimento das eleições diretas nas estâncias hidromi-

perais; quero louvar o seu espírito liberal, a sua vontade de ajudar, de colaborar, o seu espírito conciliador, do seu intento de procurar alcançar, na Liderança do Partido, a valorização do Congresso Nacional e o aprimoramento da Democracia no País. Infelizmente, V. Ex^o foi Líder num período bastante difícil, num período em que havia predominância exagerada do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo. Hoje, estou certo, V. Ex^o precisará ter a persistência que eu tive de lutar tantos anos, porque todas essas propostas, que são os seus anseios e os anseios da Nação também, de aprimoramento do sistema democrático no País, terão uma tramitação mais rápida, haja vista que hoje estaremos votando uma proposta elaborada pela Comissão Interpartidária, uma proposta de consenso de todos os partidos, e é o primeiro passo de um caminhar que será bastante rápido, no sentido de consolidarmos a democracia no País. Eu agradeço muito a gentileza do aparte de V. Ex^o que pela expressão que tem, nesta Nação, vem ilustrar e emgrandecer o meu discurso.

Ouço, com satisfação, o aparte do nobre Deputado Tidei de Lima.

O Sr. Tidei de Lima — Deputado Navarro Vieira, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo pela felicidade que teve de apresentar a sua emenda, e ela hoje ser o veículo dessas transformações todas. Evidentemente, entendo que poderia ser ampliada. Acredito que poderia ter sido, esse veículo, sido aproveitado melhor. Temos outros pontos importantes, e neste momento aproveito para colocá-los: Primeiro, para nós, entendemos que a Constituinte é o ponto que marca a Nova República. Na verdade, a Constituinte a ser convocada precisa ser preparada, e a emenda da V. Ex^o poderia ser o veículo para esse preparo. Evidente que deveríamos ampliar, permitir a participação de todos através da aprovação de emendas constitucionais no bojo da de V. Ex^o. E vejo que sou obrigado a ampliar este aparte para dizer o quanto foi impotente o Líder do PDS junto aos generais do Planalto, porque o Deputado Nelson Marchezan coloca a sua posição, demonstrando a sua impotência frente aquele aparato do sistema militar que não permitiu que fosse o Líder do PDS, ou o seu Partido aqui, o instrumento para abertura que vive hoje a Nação brasileira. Eu, na verdade, que tinha uma consideração por S. Ex^o, agora tenho muito mais, lamentando apenas a sua impotência frente aos generais do Planalto. Era a colocação que eu gostaria de fazer.

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO — Agradeço o aparte do Deputado Tidei de Lima, sempre ressaltando que as medidas que hoje estamos votando representam um primeiro passo na evolução de grandes transformações que veremos no Governo.

Vejo o Deputado Nelson Marchezan me pedir um outro aparte, em razão de ter sido citado pelo Deputado Tidei de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — (Fazendo soar a campanha.) — Rogo ao Deputado Navarro Vieira que, após conceder o aparte, encerre porque, o seu tempo já está ultrapassado em 2 minutos. Mas a Mesa dá oportunidade a V. Ex^o para conceder o aparte ao Deputado Nelson Marchezan.

O Sr. Navarro Vieira Filho — Agradeço a V. Ex^o.

O Sr. Nelson Marchezan — Agradeço a V. Ex^o, Sr. Presidente, e, em especial, ao Deputado Navarro Vieira pela concessão. Acho que o nobre Deputado Tidei de Lima não foi muito feliz ao se referir à minha impotência. Primeiro, porque não sou impotente. (Risos). Em segundo lugar, eu gostaria de frisar que o Congresso é que foi impotente no diálogo, porque a emenda veio de lá. A minha atenção foi muito forte, se S. Ex^o quer entender assim, no sentido de conseguir fazer com que o Governo mandasse essa Emenda para cá, aliás não foi um trabalho só meu, mas, das lideranças do Governo na Câmara, no Senado, e do Presidente do Partido, há época, o Senador José Sarney, hoje Presidente da República. Nós conseguimos trazer uma Emenda muito mais ampla do que esta — e agora eu respondo ao colega — muito mais ampla a este Congresso, e quem não votou foi este Congresso, quem acabou criando embarracos foi a falta de entendimentos. e, aí sim, se houve incapacidade foi de todas as Lideranças que não encontraram um denominador comum, porque a Emenda do Governo tinha muita coisa a mais para ser analisada, houve uma falta de entendimento em torno das eleições em 1988. Veja que a Emenda do Governo, que se deixou de votar, era muito mais completa, porque determinava que as eleições fossem em 1988, diretas, e esta agora nem determina o prazo, institui apenas o princípio: O Deputado Tidei de Lima está satisfeito com a Emenda atual, que é menor do que a anterior, e a anterior foi rejeitada pelo Congresso. De forma que não houve nenhuma incapacidade da Liderança frente ao Governo. A Liderança do Governo foi capaz perante o Governo, sensibilizou o Governo, que mandou uma Emenda para cá. O que foi incapaz, na época, foi o Congresso de encontrar uma solução. Era o aparte que eu gostaria de dar.

O Sr. Virgílio de Senna — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO — Já advertido pelo Presidente, eu lastimo não poder conceder o aparte a V. Ex^o. Mas, eu gostaria de registrar também que a emenda foi retirada pelo Governo.

E concluo, Sr. Presidente, manifestando a minha satisfação, maior do que a que sinto quando vejo minha proposta de Emenda Constitucional sendo veículo de grandes transformações, pela alegria em saber que dei os passos certos quando, de primeira hora, integrei o movimento da Frente Liberal, que veio constituir na Aliança Democrática, permitindo esse novo clima de abertura, de redemocratização que vive o País, através desse espírito da Nova República.

Muito obrigado. (Muito bem!)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00